

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR ÀS
PERDAS REGISTRADAS PELO NOVO BANCO E IMPUTADAS AO
FUNDO DE RESOLUÇÃO**

[Inquérito Parlamentar n.º 5/XIV/1.ª (BE)]

[Inquérito Parlamentar n.º 6/XIV/1.ª (IL)]

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIV/2.ª (PS)]

Reunião n.º 26

(Presencial e por videoconferência)

30 de abril de 2021

(14:39 h – 18:12 h)

Ordem do dia: Audição do Dr. Bernardo Moniz da Maia, Administrador do Grupo Moniz da Maia (acompanhado pelo Advogado Ricardo Afonso)

Presidente da Comissão: Fernando Negrão (PSD)

Isabel Oneto (PS) / Duarte Alves (PCP)

Deputados oradores: Cecília Meireles (CDS-PP)

João Cotrim de Figueiredo (IL)

Eduardo Barroco de Melo (PS)

Hugo Carneiro (PSD)

Mariana Mortágua (BE)

Duarte Alves (PCP)

Fernando Anastácio (PS)

Mónica Quintela (PSD)

O Sr. **Presidente** (Fernando Negrão): — Boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Eram 14 horas e 39 minutos.

Antes de mais, informo que estarei presente durante a primeira hora e depois serei substituído, por motivos de compromissos que não posso adiar, pela Sr.^a Vice-Presidente Isabel Oneto.

Na tarde de hoje temos a audição do Sr. Dr. Bernardo Moniz da Maia, administrador do Grupo Moniz da Maia, aqui presente, e que pretende fazer uma curta intervenção inicial.

Para esse efeito, tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia** (Administrador do Grupo Moniz da Maia): — Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, muito obrigado.

Vou fazer uma muito pequena declaração.

Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados: Agradeço a oportunidade que me dão para esclarecer, no que me for possível, as razões do incumprimento dos compromissos com o Banco Espírito Santo/Novo Banco, que nos trouxe aqui.

Na verdade, sou responsável por uma dívida que começou por ser ao Banco Espírito Santo, passou para o Novo Banco e que agora pertence a um fundo ou a fundos.

A família Moniz da Maia desde sempre honrou os seus compromissos, e não se conhece quaisquer críticas sobre a sua atuação, ao longo de muitos anos.

Foi responsável por inúmeras obras em Portugal e no estrangeiro, fez parte do capital de grandes empresas, tendo tido à sua responsabilidade cerca de 5000 trabalhadores.

Durante décadas, até ao colapso da economia em 2008, a família Moniz da Maia sempre fez investimentos nas mais diversas áreas, desde a agricultura à construção civil, passando pela indústria, pela floresta, pela metalomecânica e pelo setor dos serviços.

Nos serviços, queria destacar que a família Moniz da Maia foi fundadora do Banco Comercial Português (BCP), teve participação de relevo no Banco Santander Totta, na Espírito Santo International, na seguradora AXA — Ocidental Seguros, entre outros.

Ao longo dos mais de 70 anos de investimentos, que a família Moniz da Maia fez, sempre apostamos em técnicos e consultores qualificados, que sempre obtiveram sucesso nos diversos investimentos.

Em 2007, no seguimento do que era normal nos investimentos que a família fazia e depois de uma avaliação interna da família, resolveu-se comprar uma posição de 2,7% do BCP. Da nossa avaliação, este seria um bom investimento. Para tal, recorreu-se a um financiamento no Banco Espírito Santo, que totalizou 368 milhões de euros, num instrumento de conta caucionada, e avançou-se para a compra da referida posição.

Este financiamento foi, por nós, proposto ao diretor responsável do Banco Espírito Santo pelas contas, o Dr. Bernardo Espírito Santo, tendo o mesmo financiamento sido aprovado, ficando as referidas ações adquiridas como garantia, assim como estava implícito na nossa posição na Espírito Santo International.

De referir que a posição da família Moniz da Maia na Espírito Santo International foi adquirida em 1998, depois da venda dos hotéis Tivoli. Deste modo, em condições normais, estava o Banco Espírito Santo completamente

seguro no referido financiamento, tendo em conta os riscos possíveis da operação.

Na época, o património da família ascendia a 500 milhões de euros, pelo que a capacidade de endividamento era exequível e sólida.

A referida conta caucionada, que apenas servia para disponibilizar fundos para a compra da dita posição, seria, de seguida, substituída por outra ferramenta, com prazos concretos de amortização, e cujos dividendos das participações da Espírito Santo International e do BCP seriam suficientes para o pagamento dos juros.

Em cima da mesa, verdade seja dita, estava a possibilidade de vender alguma posição na Espírito Santo International, caso fosse necessário.

Serve este pequeno resumo para melhor esclarecimento de que a família Moniz da Maia nunca, em caso algum, admitiu arriscar mais do que podia, nem se financiou para outro propósito que não fosse a compra da posição no BCP. Contudo, a crise mundial financeira de 2008, nomeadamente a queda do Lehman Brothers, é por todos reconhecido como um acontecimento estrondoso e imprevisível, que criou problemas, não só no tema em questão mas também nos outros negócios que a família Moniz da Maia detinha a nível mundial.

Quando as ações do BCP atingiram valores muito baixos, iniciámos, de imediato, um plano para fazer face ao enorme problema. Estava em curso um investimento florestal no Brasil, assim como investimentos em centrais termoelétricas de biomassa, que resultavam em 25 000 ha de floresta de produção, de onde se extrairia resina e madeira. Estes negócios eram sólidos e contavam com a experiência de mais de 40 anos da família Moniz da Maia no Brasil e neste setor, em concreto.

Deste modo, foi acordado com o Banco Espírito Santo a antecipação da implementação deste investimento florestal, ficando como contrapartida

os ativos biológicos e as receitas deste investimento para pagamento da dívida.

Não bastasse a surpresa da queda das ações do BCP para valores impossíveis de prever, espantosamente assistimos ao colapso do BES, que, por força dos termos da resolução aprovada, fez com que os nossos ativos, como acionistas da Espírito Santo International, passassem a valer zero.

Rapidamente percebemos que, com tais acontecimentos, a família teria enorme dificuldade em honrar os seus compromissos. Contudo, difícil, mas não impossível!

De notar que, mesmo sem reforço de financiamento nem qualquer perdão de dívida, quando o BES pediu garantias adicionais, a família aceitou a fazê-lo, com o propósito que sempre lhe foi reconhecido de honrar os seus compromissos.

Após a queda do BES e já como interlocutor o Novo Banco iniciámos conversas no sentido de manter o acordado e, dessa forma, conseguir levar a bom porto os compromissos assumidos.

Dessas reuniões, nada resultou! Foram inúmeras reuniões, que em nada deram, sempre com respostas que seria aprovado, culminando com a comunicação: «O Fundo de Resolução ou não responde ou não aprova.»

Ainda assim, foram pagos cerca de 69 milhões de euros e ainda os juros que estavam em dívida e que, somados, eram 52,4 milhões de euros, dos quais 23,4 milhões de euros com capitais próprios.

No Brasil, o projeto seguia atingindo os objetivos previstos, sendo que, do financiamento de 137,4 milhões de euros, foram amortizados 2,7 milhões de euros e pagos juros no montante de 15,8 milhões de euros. Não tenho dúvidas de que teria sido o suficiente.

Este projeto tinha visibilidade no Brasil e a publicidade aos problemas, em Portugal, criaram problemas, também no Brasil.

Todavia, e sem justificação atendível, o Novo Banco, de uma forma incompreensível, entendeu retirar-nos da operacionalidade do projeto do Brasil, tomando para si essa tarefa, com a contratação de uma empresa, de nome Resolutions.

Após essa tomada de posição, fomos informados de que o Fundo de Resolução nada mais aprovou para o projeto em causa e o mesmo ficou deserto, perdendo-se todos os ativos existentes e o investimento feito.

Desde esse momento, tornou-se muito difícil gerir as empresas e os problemas acumulavam-se até à derrocada, ou seja, toda a publicidade negativa, assim como a divulgação de créditos malparados, criaram inúmeras dificuldades no apoio às tesourarias das empresas operacionais e também a crédito de fornecedores estratégicos.

De facto, as empresas ficaram em situação difícil e os empregos dos seus 1200 colaboradores em risco.

Ao Novo Banco foi dado conhecimento de todas estas dificuldades e que as insolvências das empresas diminuía as garantias prestadas. Contudo, a resposta foi sempre a mesma: nenhuma resposta!

Não restou alternativa à família senão abrir mão das suas posições e convidar novos investidores para salvar as empresas.

Por último, compreendo que a resolução que tornou o BES em Novo Banco dificultasse algumas decisões operacionais, que deveriam ser tomadas em tempo. Compreendo que todo este caminho tenha sido difícil, mas já não compreendo que o Novo Banco tenha vendido a dívida da família Moniz da Maia por apenas 10% do valor. Por várias vezes, fizemos propostas de valores muito superiores. Também não compreendo porque se arrastou, durante tanto tempo, a indefinição para, no fim, venderem a posição por tão pouco.

A família Moniz da Maia, desde sempre, quis honrar os seus compromissos, fosse com o Banco Espírito Santo ou com o Novo Banco.

Por tudo isto, na verdade, estou aqui como devedor, não do BES, não do Novo Banco, mas, sim, à data desta audição, de um fundo não português, quando tudo fiz para que não chegássemos a este ponto.

Agradeço a atenção dispensada e estou ao dispor para as perguntas que me queiram dirigir.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Queria só assinalar que o Sr. Dr. Bernardo Moniz da Maia vem acompanhado pelo seu advogado, o Sr. Dr. Ricardo Afonso.

Entramos agora na fase das perguntas e começo por dar a palavra à Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, queria cumprimentar o Dr. Moniz da Maia e dizer-lhe que, do meu ponto de vista e até da legislação, as comissões de inquérito não são sobre negócios privados, são sobre recursos públicos — gestão de recursos públicos e afetação de recursos públicos.

Portanto, as perguntas que lhe vou fazer, aqui, hoje, têm que ver com a afetação de recursos públicos e com o facto de o Fundo de Resolução e, indiretamente, o erário público, estarem a responder por vários créditos e por várias dívidas ao Novo Banco, ao antigo BES. É, desse ponto de vista que me interessa ouvi-lo.

O Sr. Doutor já prestou aqui alguns esclarecimentos na primeira intervenção que fez, mas o que lhe ia pedir era para fazer um ponto de situação. Sabemos que há, pelo menos, 270 milhões de euros de perdas imputadas diretamente ao Fundo de Resolução e o que gostava de saber é se, do conjunto do Grupo Moniz da Maia, nos consegue dar o montante total em dívida e o montante total que foi pago.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

Antes de mais, todo este processo começou, efetivamente e como diz, por um projeto entre entidades privadas. A situação atual em que nos encontramos é por causa de uma situação completamente alheia à que tínhamos, à época em que a resolução do novo BES foi tomada.

Quanto aos valores em dívida, dentro daquela explicação que fiz na minha declaração inicial, será o saldo que estará em cima da mesa.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Aquilo que nos disse é que tinha pago 69 mais 50,4 milhões de euros e creio que não ouvi o montante total que deveria ter sido pago.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — O montante total, como eu disse aqui, são 368 milhões de euros.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Já vamos a um ponto de situação por anos.

Queria perguntar-lhe, em primeiro lugar, sobre o que deu origem a esta dívida — essa parte parece-me bastante importante —, porque, tanto quanto nos especificou, ela foi contraída para aquisição de ações do BCP, e, de facto, começa por ser um negócio entre privados.

Curiosamente, já na Comissão de inquérito à Caixa Geral de Depósitos, pudemos perceber que estas aquisições de ações do BCP, tendo começado por ser um negócio privado, acabaram por ser negócios com bastantes custos para o erário público.

Disse-nos que, na altura, negociou com o diretor responsável, o Dr. Bernardo Espírito Santo. Gostava que nos confirmasse isso e que me explicasse como é que surgiu este negócio de compra de ações do BCP.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

Em relação ao negócio do BCP, como também foi dito na minha declaração, fomos acionistas fundadores do BCP, saímos em 1987 e, em 2006, dentro de investimentos que a família, tradicionalmente, já vinha fazendo, verificou-se que o BCP era um banco que, à época, tinha um valor de cotação muito baixo, e vimos aí uma oportunidade de valorização, quer na altura, quer, também, como investimento de longo prazo, dado que sempre foi o perfil da família fazer investimentos de longo prazo.

Portanto, considerou-se que, naquele momento, em finais de 2006, inícios de 2007, era um investimento com poucos riscos e que permitiria um longo prazo, nunca tendo em conta que, em 2008, a crise mundial nos viesse bater à porta.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E quando é que esta dívida entrou em incumprimento pela primeira vez?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Enfim, não tenho aqui os dados todos que possa transmitir com certeza, mas a dívida, se bem me recordo, entrou em incumprimento, aproximadamente, já em 2014.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E é nesta altura que é substituída por um crédito em conta corrente?

Foi isso que nos disse: que, inicialmente, era uma conta caucionada e que foi substituída por um crédito em conta corrente. É isso?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, não, peço desculpa.

Falei numa conta caucionada que, depois, passaria a ser um contrato de longo prazo e com formas de pagamento. E esse contrato teve início nos finais de 2007.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E entrou em incumprimento, pela primeira vez em 2014?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Em 2014.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E, em 2014, o que é que aconteceu? Houve uma reestruturação da dívida em que ela deixou de estar em incumprimento, mas continuou a não ser cumprida, por assim dizer.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Em 2014, já a situação do BES estava bastante crítica.

Portanto, depois de toda a evolução de renegociações, porque, obviamente, a crise de 2008 foi muito mais prolongada do que era previsto e toda a gente imaginava... Obviamente que, quando acontecem situações de crise, e não foi local, foi uma crise mundial, todos os negócios têm de ser renegociados e reajustados às realidades que vão aparecendo, no futuro, porque nunca sabemos quais são as definitivas.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vamos lá ver, acho que o que se passou aqui foi bem para além da crise: a realidade é que tinha um crédito de mais de 300 milhões de euros, que era garantido com um penhor das próprias ações que as suas empresas se haviam endividado para comprar. *Grosso modo*, é isto?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Certo.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Há um momento em que se percebe que aquelas ações se estão a desvalorizar a pique.

O que pergunto é o que é que o banco fez para reaver esse crédito.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — As ações caíram a pique, mas não foi só no BCP; o mundo teve uma crise grande e caíram a pique, num curto espaço de tempo.

Perante essa situação, foi, como transmiti, avançar com outros projetos que existiam, no sentido de poder vir, a prazo, resolver o problema da dívida, sempre com a esperança de que a cotação do próprio BCP pudesse subir e, portanto, tornar a dívida menor.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E, já na altura, havia penhor de outras ações de outras empresas do grupo ou foi posterior?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Em que altura? Desculpe, não percebi.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Nessa altura, em 2007.

Aquilo que tenho é um ponto de situação em 2015, em que há um penhor quer do BCP, quer de cerca de oito empresas, cujas ações também estão dadas em penhor para garantia desta dívida de 330 milhões de euros.

O que pergunto é se este penhor é posterior, se foi um reforço de garantias, ou se estava dado desde o princípio.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, foi um reforço de garantias, especialmente a seguir à queda do Lehman Brothers, quando se deu a grande desvalorização.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E alguma destas ações dadas em penhor foi executada ou nunca o foram?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Nas reestruturações que foram feitas — tenho pontos de situação de 2015, 2016, 2017 e 2018 — aquilo que vejo e que me parece comum, e poderíamos ir a cada uma ponto por ponto, é que há vários perdões de juros, há várias reestruturações em que são sistematicamente adiados os prazos de pagamento — por exemplo, sempre que estão para vencer prestações, elas são adiadas um ano —, e, na realidade, o montante total do endividamento permaneceu ao longo destes anos.

Já vamos ao projeto do Brasil, para já, não me estou a referir a esse projeto.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Essa reestruturação foi feita, foi feita uma proposta, já no tempo do Novo Banco, em finais de 2015, e nessas diversas conversas — em relação às quais, como disse na minha declaração inicial, nunca obtivemos respostas finais ou concretas por parte dos interlocutores do Novo Banco —, nessas propostas uma das componentes era, exatamente, a suspensão dos juros a serem pagos, até se tentar concluir essa reestruturação.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Vou lhe dar o exemplo de um contrato de financiamento, celebrado entre o BES e a Sogema-SGPS, a 26 de março de 2006, até um montante máximo de 25 milhões de euros, a uma taxa de juro de 4,45%, com prazo de reembolso até 27 de março de 2016 e um período de carência de cinco anos.

Aquilo que fui verificando é que, de 2011 a 2015, ele foi cinco vezes renegociado, e, em todas as renegociações, foi adiado o prazo para se começar a pagar. Na realidade, ele acaba por nunca ser pago, embora tenha havido, em todos estes momentos, adiamento do prazo para o pagar e, em muitos casos, baixa substancial dos juros.

O que pergunto é se isto foi um padrão.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Se foi um... ?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Se foi um padrão.

Foi isto que encontrei para quase todo o endividamento: sempre que se vence a obrigação de pagar, verifica-se um adiamento por um ano, um adiamento por seis meses, uma revisão dos juros, mas, na realidade, nunca houve nada, perto, sequer, do pagamento integral da dívida.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Houve, efetivamente, esses adiamentos, porque, a certa altura, foram acordados no sentido de resolver a dívida toda de uma vez só. Nesse sentido, eram adiados, porque respostas também não as havia.

Como lhe disse, até 2014, havia cumprimento do encargo dos juros. A partir de 2014, aí, sim, os juros ficaram, digamos, a não serem cumpridos na íntegra.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E porquê em 2014? Há alguma razão?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Porque houve diversas situações, desde a crise financeira, e, também, pela evolução pela reorganização, pela dificuldade com as interlocuções para tentar fazer,

efetivamente, a reorganização global. E, presumo eu, que a partir de um determinado momento, não do 3 de agosto de 2014, mas já de anteriormente, não haveria, digamos, condições para algumas respostas à reorganização da dívida junto do Banco Espírito Santo.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — No caso deste crédito, em particular, mesmo desde 2011.

A razão da minha pergunta é muito simples: muito deste crédito não foi identificado como estando em incumprimento, mas, na realidade, é crédito que nunca tinha sido cumprido. O que tinha sido era sempre alvo de reestruturações, razão pela qual, imagino, tenha sido alvo de um tratamento diferente.

Disse-nos que, na tentativa de encontrar novas fontes de financiamento para que o grupo pudesse cumprir as suas obrigações, foi então que surgiu um projeto no Brasil.

Pedia-lhe que confirmasse: chama-se Y Base, é isso?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Y Base, exatamente.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Estava a dizer que surgiu este projeto no sentido de cumprirem, é isso?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Era um projeto que tinha o seu tempo de implementação, de dois/três anos. Era um projeto de longo prazo, porque as árvores não crescem assim de um dia para o outro, e, portanto, esse projeto serviria, em grande parte, também, para ajudar outros projetos, que iriam ser de dimensão maior, como as centrais termoelétricas de biomassa, no Brasil, e a própria resina e madeira, ao longo do projeto, ajudaria a pagar um parte substancial da dívida.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas este projeto também precisava de um financiamento?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Precisou, também, de um financiamento.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E esse financiamento é de 2012?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Esse financiamento é de final de 2012. A aprovação desse financiamento é de final de 2012, sim.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E, na altura em que aprova estes cerca de 150 milhões de euros — o valor que tenho aqui é de 150 milhões de euros, mas imagino que o financiamento inicial seja um bocadinho inferior —, já estava em incumprimento relacionado com as ações do BCP?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Do que me recordo, as ações do BCP ficaram em incumprimento a partir de maio de 2014.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Então, é exatamente na mesma altura em que há uma dívida de 330 milhões de euros, creio eu.

Ou seja, na altura em que entra em incumprimento uma dívida de 330 milhões de euros, que é garantida com um penhor de sociedades, e que, aparentemente, não se vai conseguir cobrar, há, ao mesmo tempo, um novo financiamento de 150 milhões?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Esse contrato foi um contrato de 185 milhões de euros, aprovado, mas que não teve esse dispêndio, porque era um dispêndio ao longo do processo de investimento, que foi feito em 40%. Portanto, dos 25 000 ha ainda se plantaram 10 000 ha.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A informação que tenho é a de que se tratou de um *project finance* de 185 milhões de euros,...

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Exatamente.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — ... dos quais foram utilizados 130 milhões de euros, e, depois, um crédito em conta corrente, relacionado com o mesmo projeto de 5 milhões.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Exatamente.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não consigo entender como é que um grupo que tem uma dívida de 330 milhões, que não se vê muito bem como é que vai pagar, obtém um crédito de 180 milhões, em cima dessa dívida, sobretudo com garantias que são as do *project finance*.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — O *project finance* e este tipo de projetos — talvez, às vezes, seja difícil de compreender e eu entendo — têm um ativo biológico que, até à sua utilização, seja de resina, seja de madeira, tem sempre um valor crescente de ativos.

Portanto, a partir do momento em que entra em produção, o que, normalmente, demora cinco anos, começa a ter as receitas para, depois, começar a fazer face a todo o financiamento.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Portanto, em 2014, o grupo estava em incumprimento, numa dívida de 330 milhões de euros. Ainda assim, obteve um financiamento até 185 milhões de euros, que se iniciou em 2012 e que continuou, paulatinamente, até fevereiro de 2018.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Esse projeto iniciou-se em 2013. O início da plantação foi em maio de 2013 e foi correndo dentro do que estava estipulado.

Com a resolução do BES e a entrada das novas administrações — que foram algumas, diversas — no Novo Banco, o projeto teve algumas, para não dizer grandes, interrupções, porque, em *project finance*, seria esse o financiamento. Portanto, a certa altura, o projeto começou a andar aos soluços, nomeadamente a partir de finais de 2014.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Ainda assim, o financiamento continuou até fevereiro de 2018.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Havia um contrato de implementação do projeto.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Creio que os outros grupos parlamentares terão várias perguntas sobre este projeto no Brasil, mas quero passar a um outro tema, porque estou a ficar sem tempo para fazer perguntas.

No que toca às garantias destas ações que estavam dadas em penhor no Novo Banco, havia ações de uma empresa chamada Euro-Yser, que é uma das principais empresas do grupo.

O que sabemos é que, em 2019, houve um aumento de capital nesta empresa, o que significou a diluição do penhor do Novo Banco e,

basicamente, esta garantia perdeu o seu valor. Gostava de saber se isto é verdade e como é que se explica.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr.^a Deputada, havia duas soluções: ou a empresa ia à insolvência e, portanto, o banco perderia tudo, ou haveria investidores que fariam um aumento de capital, manteriam os postos de trabalho e a empresa continuaria a funcionar.

No entanto, *vis-à-vis*, a garantia da participação que foi dada, na altura, ao BES manteve-se com os valores e, provavelmente, hoje em dia, essa participação poderá até valer mais... Mas, neste momento, não sei, porque não acompanho a empresa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Cotrim de Figueiredo, tem a palavra.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Sr. Presidente, cumprimento o Dr. Bernardo Moniz da Maia, a quem queria fazer uma ou duas perguntas sobre o passado da sua relação com o Banco Espírito Santo, ou seja, antes de ele ser resolvido e de entrar na esfera de responsabilidades que podem vir a afetar os contribuintes, e, depois, de falar alguma coisa sobre o que se tem passado depois de agosto de 2014.

Como é que o grupo Moniz da Maia chegou a ter quase 2% do capital social da Espírito Santo International?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Boa tarde, Sr. Deputado, muito obrigado.

A pergunta foi como é que...?

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Imagino que os tenha comprado, mas pergunto em que circunstâncias.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Como disse na minha declaração inicial, foram vendidos os hotéis Tivoli e, com o proveito dessa venda, foi adquirida uma participação na Espírito Santo International, sem qualquer tipo de financiamento.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — E havia participação na gestão e nas decisões estratégicas da Espírito Santo International? Qual era o grau de envolvimento que o grupo Moniz da Maia e o Sr. Doutor, pessoalmente, tinham nessa gestão?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Apesar de estar num ou em dois órgãos sociais do Grupo Espírito Santo, sempre foi um convite numa base honorária. Era tradição da família Espírito Santo, julgo eu, convidar para administradores, eu diria «honorários», para uma sociedade ou duas, mas eu não acompanhava, nunca acompanhei, qualquer tipo de atuação direta, operacional ou mesmo estratégica.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — É, no entanto, justo dizer que havia uma proximidade à família Espírito Santo e que, durante muitos anos, houve a possibilidade de fazerem negócios que, estrategicamente, convinham a ambas as partes, quer no universo Moniz da Maia, quer no universo do financiador Espírito Santo?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não. Havia o conhecimento da família Espírito Santo, tal como o de outras famílias, e a relação com o Grupo Espírito Santo sempre foi numa ótica de relação entre empresas com

a banca, enfim, de apoio às diversas empresas, da agricultura à metalomecânica, obras de grandes valores em que, obviamente, havia relações com as diversas instituições financeiras, umas relações mais privilegiadas do que outras.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Quando, a determinada altura, o Sr. Doutor achou ser boa ideia participar, enquanto acionista, num grupo que estaria a montar uma OPA (oferta pública de aquisição) sobre o capital do Banco Comercial Português, isso correspondeu a uma intenção de o grupo em entrar na área financeira ou tinha outro objetivo?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, a intenção do grupo... Está a falar da minha família?

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Sim.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Na entrada no Banco Comercial Português?

Como eu disse, no início — e julgo que o disse à Sr.^a Deputada Cecília Meireles —, foi um investimento, como outros que se fizeram nas atividades financeiras, por se considerar que o banco tinha possibilidades de criar valor e por as cotações estarem baixas, em função de como já estava o mercado, na época, relativamente a outro tipo de negócios.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Essa sua intenção nunca originou conversas com o Grupo Espírito Santo no sentido de não se estabelecer o que se poderia chamar de uma espécie de conflito entre a proximidade à família Espírito Santo, detentora de um grupo financeiro

importante, e a entrada, com significado, do grupo Moniz da Maia num outro grupo financeiro bancário?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Foi, meramente, um investimento financeiro da família Moniz da Maia, sendo que também havia muitas outras famílias que estavam como acionistas nos dois bancos, nomeadamente no BCP e no Banco Espírito Santo, mas nunca houve qualquer tipo de relação e nunca houve nenhuma conversa no sentido que mencionou.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo (IL)**: — Na altura em que se começaram a tentar resolver os problemas dos grandes devedores do Banco Espírito Santo e, depois, do Novo Banco, este investimento, juntamente com outros que, entretanto, o Banco Espírito Santo veio a financiar, deu origem a um endividamento que terá atingido, no máximo, relativamente ao seu grupo... Já agora, o seu grupo estava consolidado na Totalpart, ou era na Sogema?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — O financiamento estava concentrado na Sogema Investments.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo (IL)**: — Como estava a dizer, o endividamento terá totalizado à volta de 550 milhões de euros e a esmagadora maioria desse valor veio a ser «imparizada» pelo Novo Banco já nos anos subsequentes à resolução.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr. Deputado, peço desculpa, mas poderia aproximar mais o microfone? É porque há partes da pergunta que eu não...

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Peço desculpa.

Eu estava a dizer que o problema da exposição do Novo Banco ao grupo Moniz da Maia, que deve ter chegado a cerca de 550 milhões de euros — há uns números que são um bocadinho superiores e outros que são ligeiramente inferiores a isso —, deu origem a uma tentativa de resolução junto das novas gestões do Novo Banco.

Queria perguntar-lhe, relativamente à gestão do Dr. Eduardo Stock da Cunha, entre finais de 2014 e finais de 2016, que tipo de *démarches* foram feitas para tentar reestruturar a dívida que, entretanto, o grupo tinha?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr. Deputado, não sei de cabeça as datas certas das diversas alterações de administradores...

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Eu ajudo, se for preciso.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — O que sei de cabeça é o início das propostas de resolução. A primeira proposta foi feita e entregue ao Novo Banco em dezembro de 2015, mas não recordo quem era, efetivamente, o presidente do banco na altura.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Era o Dr. Eduardo Stock da Cunha.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Pronto.

Essa proposta, até à data de hoje, não teve qualquer resultado, porque não houve respostas por parte do Novo Banco.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — E a proposta seguinte terá sido logo a que ficou conhecida como a do *management buyout*?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não me recordo bem da sequência. Houve, a certa altura, efetivamente, uma proposta de *management buyout*, mas julgo que isso já terá sido em 2018.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Proposta essa que acabou por ser revista e a disponibilidade de o grupo de gestores para assumir uma parte do passivo do grupo Moniz da Maia reduziu-se entre as duas propostas — entre as quais mediaram cerca de oito meses.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não lhe sei precisar as datas, mas...

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Onde quero chegar com isto? Queria que confirmasse, primeiro de tudo, que estas eram pessoas envolvidas na gestão operacional, sobretudo nos investimentos que existiam na América do Sul, e que fizeram uma proposta bastante completa, ou, pelo menos, bastante complexa, relativamente aos vários ativos e passivos em jogo.

Havia, ou não, alguma relação entre a proposta que foi feita e as suas posições pessoais nestas empresas, em relação às quais a proposta foi feita? Ou seja, era mesmo *management buyout* ou havia acionistas envolvidos?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Era mesmo *management buyout*.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Portanto, o Sr. Doutor não foi consultado sobre o desenho daquela proposta, ou daquelas propostas, que teve duas versões, como já disse?

Não foi consultado pelos próprios gestores que apresentaram essa proposta?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Quando há um *management buyout* os acionistas também têm de ter algum conhecimento, porque senão ele não se consegue fazer.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — Sim, mas quando a proposta foi submetida ao Novo Banco já tinha o beneplácito, digamos assim, dos acionistas?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Quando a proposta foi submetida ao Novo Banco era diferente da proposta do *management buyout*. Em 2018, foi uma proposta feita ao Novo Banco em que havia, efetivamente, um *cap* na dívida e em que, depois, haveria o pagamento, através do *management buyout*, dessa...

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — A 15 anos?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — A 15 anos... Enfim, agora não me recordo dos detalhes.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — De qualquer forma, nem a primeira nem a segunda versão dessa proposta de *management buyout* veio a ser aceite e muito menos teve desenvolvimentos de negociação. Isso levou-nos aos anos de 2018 e de 2019, quando a dívida do grupo Moniz da Maia

acaba por ser incluída no conjunto de ativos que o Novo Banco inclui no portefólio NATA 2.

Quando esses ativos foram incluídos já boa parte da dívida e da exposição do Novo Banco ao seu grupo estava «imparizada» e, mesmo assim, o ofertante comprador que veio a vencer essa licitação ofereceu apenas cerca de 6 milhões de euros pelos créditos que o Novo Banco detinha sobre o seu grupo.

Na altura, teve algum conhecimento do tipo de cálculos ou de negociações que teria havido entre o novo Banco e as estruturas, quer do comité de acompanhamento, do Fundo de Resolução, quer dos ofertantes, para confirmar que os valores que estavam a servir de base de negociação eram razoáveis e que não haveria outras formas de resolver o problema do grupo Moniz da Maia que pudessem ser mais benéficas para o Novo Banco?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr. Deputado, não estive presente em grande parte das reuniões com o Novo Banco, portanto, não sei os detalhes. A única coisa que sei é que a proposta de 2018 tinha valores bastantes superiores aos que ouvi na comunicação social, porque não sei nem, tão pouco, os números desta venda aos fundos que adquiriram o NATA 2 estão ainda disponibilizados. Nunca tivemos conhecimento direto disso.

Boa tarde, Sr.^a Presidente.

Neste momento, assumiu a presidência a Vice-Presidente Isabel Oneto.

A Sr.^a **Presidente**: — Podem continuar, muito obrigada.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo (IL)**: — Sr.^a Presidente, tenho duas perguntas finais, muito rápidas.

Sr. Doutor, no seguimento dessa sua resposta, achou que haveria abertura do Novo Banco caso o senhor se tivesse aproximado a dizer «há alternativas melhores para o Novo Banco do que aquela que estão a pensar aceitar, incluída no portefólio NATA 2?

A segunda pergunta, também muito concreta, é esta: desde que o portefólio foi alienado, como tem sido a relação com o novo detentor do crédito deste fundo Davidson Kempner?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr. Deputado, nós não tivemos conhecimento das negociações. Pelo menos, eu não tive conhecimento de eventuais negociações, tirando pela comunicação social.

Provavelmente — não tenho certezas, mas essa é a minha ideia —, uma negociação de uma NATA 2 com o Novo Banco, uma vez que ela foi efetivamente efetuada por comunicação do Novo Banco, em 5 de setembro de 2019, ter-se-á iniciado bastante antes.

Portanto, não sei até que ponto, sequer, na proposta de 2018 que foi feita ao Novo Banco não haveria já conversações no sentido de vender tudo da NATA 2. Portanto, como nunca obtivemos resposta por parte do Novo Banco, não lhe posso responder a isso.

O Sr. **João Cotrim de Figueiredo** (IL): — *(Por não ter ligado o microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — À proposta que propusemos, nunca tivemos resposta. E a partir daí, as conversas ficaram um pouco afastadas.

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Muito obrigada.

Aproveito para cumprimentar todas e todos e, em especial, o Dr. Moniz da Maia e o seu advogado.

Sr. Deputado Barroco de Melo, tem a palavra.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Muito boa tarde, Dr. Moniz da Maia e Dr. Ricardo Afonso. Peço desculpa se repetir algumas perguntas, porque há questões que já foram colocadas pelos meus colegas de outras bancadas parlamentares, no entanto, há perguntas que, mesmo assim, necessitam de maior clarificação.

Portanto, peço desculpa se ficar repetitivo em alguns momentos, mas acho que é importante. Vou tentar dar o melhor seguimento lógico a este questionário, apesar de, como foi introduzindo já aqui alguns elementos, poder saltar entre momentos distintos, mas vou tentar fazer isto da forma mais simples possível.

Em primeiro lugar, apesar de já ter explorado ainda agora, a propósito de algumas perguntas que lhe fez o Sr. Deputado Cotrim de Figueiredo,...

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr. Deputado, não se importa de se chegar um pouco mais para este lado?

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Claro, posso chegar-me um pouco mais para esse lado.

Como dizia, o senhor já respondeu a algumas perguntas que lhe foram feitas pelo Sr. Deputado Cotrim de Figueiredo sobre a sua relação com o Grupo Espírito Santo, mas gostava de perceber um pouco melhor e textualmente como é que era essa relação, ou seja, que posições e que cargos ocupou no grupo e em que momentos, para tornar isso mais claro.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Quando aconteceu o investimento no Grupo Espírito Santo ou na Espírito Santo International, em 1998, no seguimento da tomada dessa participação, fui convidado como carisma honorário — era uma prática da família do Grupo Espírito Santo, que determinados acionistas com uma determinada posição (julgo que superior a 2%) tivessem assento na administração. E, em paralelo, fui administrador não executivo do Banco Espírito Santo de Investimento (BESI), também mais ou menos a partir dessa data.

Nunca tive qualquer cargo executivo ou estratégico, pelo que as reuniões da Espírito Santo International funcionavam quase como uma reunião anual, meramente informativa, sem detalhes sequer de contas. E, no Banco Espírito Santo de Investimento, havia umas reuniões trimestrais ou de quatro em quatro meses, mas, também por causa dos meus outros compromissos, frequentemente ia uma vez por ano.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Recuando, se calhar, um bocadinho antes desse momento, queria pedir-lhe para me descrever como foi a sua carreira profissional até agora.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Comecei a trabalhar, em 1988, na Mague, uma empresa de indústria de construções metalomecânicas e, basicamente, aí, fui sempre administrador das empresas do grupo familiar, da família Moniz da Maia.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Portanto, pode dizer-se que, tendo este tipo de funções, desde 1988, já tinha uma grande experiência quando começou a exercer essas funções também no BES e no BESI.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Tinha funções, dentro da família, não 100% executivas, mas não executivo, porque havia os próprios executivos das empresas e as equipas que eram quem geria normalmente os negócios. Obviamente, nas empresas da família, acompanhava-se de perto essas estratégias.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — E, da sua experiência, era normal ser convidado, como foi, para estas posições no Grupo BES, sem ter, no fundo, pelo que percebi, nenhum tipo de responsabilidade?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Isso presumo que tenha sido sempre uma forma de atuação do Grupo Espírito Santo. Eram meus colegas, em funções equivalentes, outros grupos de acionistas que lá estavam e, tanto quanto sei, exatamente com as mesmas funções que eu tinha, que era, ao fim e ao cabo, ter uma informação genérica do grupo, uma vez por ano, a nível da Espírito Santo International.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — E essas reuniões consistiam em quê? Qual era o objetivo dessas reuniões?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — A apresentação da estratégia e da evolução, mas, basicamente, da estratégia e do que pretendiam fazer, porque, como sabe, a Espírito Santo International tinha dois braços, um braço financeiro e um braço não financeiro.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Sim, claro.

O que estava a tentar perceber era, havendo reuniões com essa periodicidade que era escassa, mas em que, pelo visto, vos era apresentada a estratégia, queria perceber qual era, de facto, a vossa função nessas reuniões.

Ou seja, há pouco, disse que não tinha nenhuma responsabilidade na definição estratégica. Mas tinha responsabilidade na aprovação dessa definição estratégica?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não. Como já transmiti, Sr. Deputado, era mais de carácter informativo. Nunca foi posto nessas reuniões uma proposta concreta para o caminho *a* ou para o caminho *b*, ou de investir em *a* ou de investir em *b*. Nunca houve nada disso! Era meramente informativa.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Não percebi, há pouco, se era remunerado por essas funções.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Então, na sua opinião e na sua experiência profissional, qual seria a vantagem de ser convidado para essas funções?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Era uma questão honorária e de acompanhamento da informação, alguma da qual, por vezes, poderia não ser logo transmitida dentro das estruturas operacionais do grupo. Presumo que seria essa a razão.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Certo.

Avançando, a 4 de agosto de 2014, a exposição líquida do grupo Moniz da Maia ascendia a 344 milhões de euros, estando registada uma imparidade de 185 milhões de euros. Mas, de acordo com as informações obtidas junto do Novo Banco, isso deveu-se ao facto de, na data da concessão

dos financiamentos, não existir modelo de *rating* para essas entidades e de, na primeira análise de risco, efetuada em julho de 2008, serem mencionados diversos riscos relativos ao grupo Moniz da Maia, tanto que foi classificado com o *rating* de CCC.

No entanto, parece que foram incumpridos os mecanismos de monitorização previstos no normativo, dado que não houve nenhuma análise de risco anual até junho de 2013, se não estou em erro.

Porque é que não houve análise de risco anual?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não percebi a pergunta. Percebi o risco, mas não percebi exatamente a sua pergunta...

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Eu queria perceber o seguinte: o grupo Moniz da Maia tinha uma exposição ao BES. Era preciso, pelo que estava no normativo do próprio BES de monitorização dos riscos, haver uma análise anual sobre esses riscos, mas essa análise, pelo visto, entre 2008 e 2013, não ocorreu.

Esta minha pergunta cruza-se, em parte, com as perguntas que já lhe foram feitas pela Sr.^a Deputada Cecília Meireles, que são relevantes e era importante esclarecer: por que razão houve reestruturações sucessivas dos créditos que o grupo Moniz da Maia tinha para com o BES

Mas, além desta questão, também não foi feita uma avaliação de risco, porque, eventualmente, a avaliação de risco levaria a que esta situação não se protelasse no tempo.

Portanto, gostava de lhe perguntar, na sua opinião ou com as responsabilidades que tinha no grupo Moniz da Maia, por que razão não houve nenhuma avaliação do risco ou reavaliação anual do risco entre 2008 e 2013.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Presumo que a pergunta seja por que razão o Banco Espírito Santo nunca fez a avaliação de risco. Ora, a isso não lhe sei responder.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Certamente que teria conhecimento dessas avaliações de risco. Há de ter tido conhecimento dela, pelo menos, em 2013, não é verdade?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Algures em 2013, foram feitas algumas avaliações que foram entregues ao Banco Espírito Santo, mas não tenho qualquer conhecimento do critério do risco.

Como lhe disse, nunca tive atividade bancária, nem nunca tive por detrás disso, pelo que não consigo sequer saber como é que isso funciona.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Mas certamente que não era a primeira vez que tinha um crédito avultado, atendendo até à natureza dos negócios do seu grupo familiar.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, foi a primeira vez. O investimento no BCP foi a primeira vez que se teve um investimento financiado desta grandeza.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — E de entre as pessoas — e agora já não me recordo do número de pessoas — que trabalhavam no grupo Moniz da Maia, não havia ninguém que fosse especialista neste trabalho com o setor bancário e que lhe dissesse que isto era uma questão relevante?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, a nossa equipa, que me recorde, não tinha ninguém que viesse da banca.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Certo.

Relativamente à questão destes empréstimos, já esclareceu isso, mas eu queria pedir-lhe para repetir para nós percebermos. Como é que se deu esse negócio de financiamento para a aquisição das ações do BCP, como é que se deu a garantia das suas próprias ações? Ou seja, como é que se montou essa operação?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Como já transmiti, foi uma decisão da família investir, em finais de 2006. Perante essa situação, foi falado com o diretor de conta do Banco Espírito Santo, dizendo que estávamos interessados em tomar uma posição no BCP, pelas questões que também já referi, porque considerávamos que o banco valeria mais do que as cotações estavam, e daí termos proposto isso e ter sido aceite.

Sobre essa matéria, gostaria de dizer também o seguinte: na época, em 2006, 2007, o sistema financeiro mundial e nacional funcionava de uma forma quase diríamos «leviana», porque havia forma de as coisas serem feitas.

Portanto, toda a gente tinha — enfim, «toda a gente» não sei se é a expressão certa... Digamos que a forma de financiar era a forma, porque os bancos — presumo eu, isto é uma mera opinião minha —, com o intuito de serem sempre o n.º 1 bancário — não direi assediavam, porque assediar talvez não seja a palavra certa —, mas criavam condições e «batiam à porta», no sentido de que as pessoas pudessem fazer investimentos, enfim, queriam financiar. É que, na realidade, do pouco que percebo de banca, o ativo da banca são os empréstimos e não os depósitos. Portanto, presumo que, por aí, houvesse essas formas todas que não é aquela que se vive hoje em dia.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Temos uma coisa em comum: é que também não percebo muito de banca. Mas temos uma coisa que nos diferencia: é que certamente se eu for a um banco pedir para me emprestarem dinheiro para comprar ações de outro banco, garantidas pelas próprias ações, eles não me dão dinheiro, isso lhe garanto. Por isso, «leviana» é mesmo uma forma interessante de classificar este negócio.

Portanto, quando se reuniu com o Dr. Bernardo Espírito Santo, chegou ao pé dele e manifestou interesse em comprar uma posição de 2,7% no BCP. E foi o Dr. Moniz da Maia que sugeriu as próprias ações como garantia? Foi o Dr. Bernardo Espírito Santo? Como é que aconteceu a montagem desse negócio?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — A montagem desse negócio não foi única, nem em Portugal nem no mundo. E o sistema financeiro, em termos gerais, não só em Portugal como internacionalmente, apoiava normalmente financiamentos com colaterais com as próprias ações, porque tinham a sua própria cotação. Obviamente, à época, ninguém previa que houvesse o colapso, em 15 de setembro de 2008, que fez com que o mercado financeiro, nomeadamente, as bolsas caíssem mais de 90%.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Sim, percebo isso e imagino que, hoje em dia, já não seja uma prática corrente. Embora me interesse pouco pelos negócios entre privados, a não ser neste caso, em que os colaterais acabam por ser da responsabilidade dos contribuintes.

Continuando, há pouco, na sua intervenção inicial, foi dizendo que a posição na ESI foi adquirida em 1998, com a venda dos hotéis Tivoli, o que já reforçou. Mas, depois, disse que foi substituída por outra ferramenta, e não percebi exatamente o que queria dizer.

Poderia recuperar essa parte da sua intervenção para me explicar o que queria dizer com isso?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr. Deputado, antes de responder à sua pergunta sobre a ferramenta, gostaria só de dizer que o negócio foi entre entidades privadas e, completamente alheios a essa parte, fomos parar à situação que nos traz aqui.

A ferramenta é, talvez, a palavra para transmitir que passou a um determinado contrato de financiamento, com os seus prazos e a sua longevidade. Não é contrato de derivados financeiros.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Obrigada.

Um pouco mais à frente, disse, e já aqui repetiu, que a queda do Lehman Brothers e a crise financeira internacional levaram a que tivesse havido essa queda e essa desvalorização das ações do BCP, como de outros bancos do nosso sistema bancário, o que fez também com que os ativos da ESI valessem zero.

Disse que a família não conseguiria ou teria dificuldades em honrar os seus compromissos, mas que, mesmo assim, sem reforço de financiamento e sem perdão de dívida, reforçaram as garantias. Já aqui explorou, em parte, que garantias eram essas, mas queria perceber, na totalidade, que garantias e em que momento, ou seja, quem é que pediu o reforço dessas garantias sobre os créditos que já tinham feito ao BES, e em que momento, e que garantias, em concreto, foram essas.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Essas garantias foram dadas em 2008. Não tudo em 2008, mas foi no seguimento da crise e foi posterior à queda do Lehman Brothers.

Portanto, o que foi dado em garantia foram participações de algumas sociedades.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Mas o banco solicitou esse reforço de garantias? Foi isso?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Exatamente.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Disse também que, após a queda do BES, já com o Novo banco, iniciaram conversas para manter o acordado e cumprir os compromissos.

Ora bem, como já tive oportunidade de ouvir aqui, nesta audição, ou como já chegámos à conclusão, nesta audição, é difícil dizer o que é que estava acordado, porque foi sendo reestruturado sucessivamente.

Portanto, como o Sr. Doutor disse, há pouco, que dessas reuniões não resultou nada, queria perceber o que é que estava acordado sobre o pagamento destes créditos, no momento da resolução, qual era a vossa posição, nessa altura, se tentaram reunir no Novo Banco, a propósito destes créditos, e qual era o resultado que tinham em vista.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr. Deputado, vamos lá ver, a partir da resolução do BES fomos falando com as sucessivas administrações, logo, por nossa iniciativa, no sentido de tentar encontrar e, digamos, fechar as coisas, porque, obviamente, dentro do espírito da família, prolongar todas estas coisas ou toda esta situação não fazia parte da nossa forma.

Portanto, falámos com a administração... Enfim, agora, não me lembro do... Julgo que foi a do Dr. Vítor Bento, não me lembro qual foi o período em que ele esteve na sua ocupação. Depois, veio a nova

administração, voltámos a falar e, ao fim e ao cabo, a recomeçar tudo, porque, presumo eu, as pessoas que têm vindo a ocupar estes cargos de administração não estariam inteiradas de todas as situações do banco e, portanto, se têm... Enfim, tinha de se recomeçar toda a conversa. E isto aconteceu três vezes: na administração do Dr. Vítor Bento, depois, na administração do Dr. Stock da Cunha e, por último, na administração do atual CEO do Novo Banco.

As outras, presumo que de algum curto tempo, não terão tido oportunidade de analisar as coisas com o detalhe que, depois, entretanto, as diversas evoluções legais e obrigações bancárias, presumo eu, impuseram, mas o que é certo é que, da última, que é, digamos, esta administração que tem permanecido mais tempo no Novo Banco, nunca conseguimos ter qualquer resposta, embora, num determinado momento, tenhamos tido uma resposta verbal de que o Novo Banco, nas comissões internas e na administração interna, teria aceite. Mas, depois, nunca houve resposta, enfim, do Fundo de Resolução e, portanto, nada mais se seguiu.

O Sr. Eduardo Barroco de Melo (PS): — Pois, já tinha referido isso, na sua intervenção inicial, mas continuo sem perceber exatamente quais eram as vossas pretensões nessa altura, ou seja, queriam regularizar essa dívida...

O Sr. Dr. Bernardo Moniz da Maia: — Peço desculpa, Sr. Deputado, quais eram as...

O Sr. Eduardo Barroco de Melo (PS): — As vossas pretensões nessa altura, ou seja, se queriam regularizar a dívida e qual era o plano que tinham para essa dívida. Queria perceber qual era, em concreto, o vosso objetivo.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — O plano, sempre, do início, foi pagar a dívida na totalidade. Sempre tivemos, das diversas administrações... Sempre nos foi transmitido que tínhamos tempo e taxas de juro adequadas, mas, efetivamente, com os projetos que apresentámos, nunca tivemos nenhuma resposta.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Quem é que vos comunicou esse tempo e essas taxas de juro ajustadas? E isso foi dentro desse processo de reestruturação sucessiva da dívida?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Foi exatamente quando... Temos este problema que temos de resolver, como é que podemos resolver... Digamos, a conversa inicial... Eu, como disse, não fui, basicamente, o interlocutor dentro do Novo Banco, enfim, acompanhei em termos gerais, mas as indicações eram sempre as de que o banco estava disposto a dar o tempo necessário, e juros, e nunca faria nenhum *haircut*. Sempre trabalhámos em propostas nesse sentido, até que, em 2018, como também foi dito, começou a haver um estrangulamento de tesouraria das empresas, essa reestruturação já não seria possível e adequada, porque, entretanto, o tempo foi decorrendo e, ao decorrer, foi afogando as empresas operacionais e, portanto, nessa altura, já foi uma proposta com algum *cut*, que acabou também por nunca ter uma resposta final de aprovação.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Relativamente, ainda, a estes empréstimos, queria perceber outra coisa.

Há pouco, falou aqui sobre um conjunto de valores, que não vale a pena estar a reproduzir, de pagamentos sobre estes empréstimos, mas a informação que tínhamos era a de que não tinha havido nenhuma liquidação sobre estes empréstimos, nem de capital, nem de juros — agora, não sei

situar até que ano —, pelo que gostava de lhe perguntar se houve ou não liquidação de capital e de juros sobre estes empréstimos, em que altura e em que montantes, e gostava também de saber quando é que se dá o primeiro incumprimento. Sabendo, nós, já que foram sendo sucessivamente adiados, gostava de perceber quando é que se dá o primeiro incumprimento sobre estes créditos.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr. Deputado, julgo que a algumas dessas partes já respondi anteriormente.

Quando a família Moniz da Maia começou a entrar em incumprimento foi, se me recordo bem, em maio de 2014.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Atendendo a que tinham tido essa benesse anterior, de adiamento sucessivo, por que motivo entraram em incumprimento só em maio de 2014? Porquê nessa altura? Deixaram de conseguir estender o prazo de pagamento?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, porque, como eu também transmiti na minha intervenção, até 2011, mais ou menos, houve dividendos, quer do lado Espírito Santo, quer do lado BCP, que, pelo menos para os juros a serem pagos, eram suficientes. A partir do momento em que houve uma decisão, já não sei se internacional, se nacional, de proibir dividendos, obviamente, as coisas ficaram diferentes.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Portanto, estavam dispensados de pagar capital e pagavam só juros. É isso?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Muitas vezes, há carências de capital durante um período, para ver se as situações estabilizam.

Infelizmente, em Portugal e em algumas partes do mundo, não houve essa estabilização tão rápida quanto era desejada.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Sim, mas estamos a falar de um período de carência de capital de seis anos, pelo menos...

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sim.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Queria também perguntar-lhe sobre o projeto no Brasil, a YBase, e queria perceber como é que surge esta oportunidade de investimento e por que razão é que decidem que esta é uma boa oportunidade, com este negócio, para poderem fazer o pagamento das dívidas que tinham para com o BES.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr. Deputado, esse investimento no Brasil surge da presença no Brasil já de há muitos anos e de atividades que estavam no Brasil e estavam a funcionar.

Portanto, isto era uma expansão do que já existia no Brasil e do que já se pretendia como estratégia de desenvolvimento na atividade florestal, com objetivos concretos da parte industrial de resinas e de entrar também no setor da biomassa, tendo o *know-how*, tendo o conhecimento de várias atividades florestais, nomeadamente de pinheiro, não estou a falar de eucalipto e quero acrescentar que não tenho nada contra o eucalipto, mas, digamos, para as atividades e indústrias que nós temos, era o pinheiro, pela extração de resina. Chegámos a ser o quarto maior produtor de resina e, portanto, a ideia era aumentar essa área de exploração e, por outro lado, também, utilizar a parte da madeira para biomassa e utilizar a biomassa como geração de energia, direta ou indiretamente.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — E acha que, atendendo à exposição do grupo Moniz da Maia, já nessa altura, se justificava que houvesse novo empréstimo para este investimento?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr. Deputado, como eu disse na minha declaração, a família sempre se pautou, ponderando os riscos. E a área florestal é, provavelmente, uma atividade e um investimento relativamente isento de riscos. Tem um problema ou uma dificuldade, que é a de serem projetos de longo prazo. Mas os ativos biológicos estão sempre a crescer, o valor vai sempre subindo e, portanto, com um colateral de dívidas, mesmo que sejam de grande valor, tem um suporte muito maior do que qualquer outro tipo de atividade. Isto, além de toda a questão ambiental, mas isso, presumo, não é para aqui chamado neste momento.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Percebo que seja essa a sua avaliação, a minha questão é que não sei se essa deveria ser também a avaliação do banco. E, segundo pudemos ler na imprensa, Francisco Castelo Branco, que foi administrador da Totalpart e de várias empresas do seu Grupo, terá dito que havia alguma facilidade em obter empréstimos, porque havia a sua participação no capital da *holding* do BES.

Portanto, com este conjunto de perguntas que lhe tenho feito, o que gostava de perceber era se acha que, em condições normais, era possível o Banco Espírito Santo ter continuado a assistir os negócios do grupo Moniz da Maia, atendendo a que havia uma exposição crescente e que, depois da crise de 2008 e da desvalorização do BCP, já não havia perspetiva de que houvesse regularização dessa dívida.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — No nosso entender, acho que era razoável, porque era uma forma de o banco se poder até suportar e ficar com os ativos biológicos e com as receitas provenientes desses ativos.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Qual era a vossa expectativa de prazo para regularizar a dívida que tinham para com o BES?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Inicialmente, as primeiras propostas começaram por ser de 30 anos e, depois, caíram para 15 anos.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Portanto, achava que ia pagar essa dívida mais rapidamente? É isso? Por que razão?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — No nosso entender, com os projetos que tínhamos previstos, até provavelmente mais cedo do que os 15 anos, se se tivessem conseguido fazer todos os projetos que gostaríamos de ter feito, que não conseguimos.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Então, o que falhou no projeto do Brasil?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — O projeto do Brasil, relativamente a estes 25 000 ha, falhou, porque, efetivamente, pós-resolução do banco, presumo que as novas administrações não terão entendido o projeto e, como era um *project finance*, digamos, deixaram de financiar o projeto.

A pouco e pouco, isso foi criando também dificuldades no próprio Brasil e, portanto, só se conseguiu implementar 40% do projeto, ou seja, 10 000 ha, mas, inexplicavelmente, do nosso ponto de vista, também

deixaram cair esses 10 000 ha de área plantada, que têm um valor significativo não no dia da implementação do projeto, porque as árvores são pequenas, mas, ao fim de 5 ou 6 anos, são já árvores com um valor acrescido, como ativos.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — A partir de que momento é que começaram a ter dificuldades no projeto do Brasil?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — A partir de... O projeto começou a ser implementado em 2013 e, portanto, a partir de meados de 2014, a implementação começou, eu diria, a conta-gotas, devido a os fluxos financeiros não serem despendidos nos momentos e *timings* certos.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Há pouco, atribuiu esse falhanço a má publicidade. Pode elaborar sobre isso?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Peço desculpa, Sr. Deputado...

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Na sua intervenção inicial, falou da má publicidade que teria afetado os negócios no Brasil. Queria perceber exatamente o que queria dizer com isso.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — O Brasil era um país onde o Grupo Espírito Santo também estava muito exposto e tinha bastantes atividades. Havia várias entidades bancárias e várias... Enfim...

Dentro do Brasil, a resolução do BES trouxe também alguns grandes incómodos. Tudo isso ajudou a que não se desenvolvessem tanto as situações lá.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Imagino que, em termos de má publicidade, a resolução do BES não tenha batido o mandato internacional de detenção, emitido por suspeitas várias de associação criminosa, corrupção, peculato e lavagem de dinheiro.

Queria perguntar-lhe se não há complicações adicionais aos negócios no Brasil que não tenha revelado nesta comissão de inquérito, até agora.

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua também o seu raciocínio, por favor.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Vou falar apenas sobre mais dois pontos, Sr.^a Presidente.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Efetivamente, esse também foi um outro assunto que veio em 2016. Nunca foi atendido, porque nunca fui notificado, nunca prestei declaração nenhuma. Tudo foi respondido ao juiz em *timing*.

Como é público, em 30 de maio de 2016, saiu essa notícia. O tribunal do Brasil, no dia 15 de junho, tinha todo o meu paradeiro, tinha toda a minha informação. Enfim, não conheço os termos técnicos, não sou jurista, mas houve várias comunicações ao tribunal.

Não tive notificação e o que é certo é que apareci nas notícias da Interpol como foragido, mas nunca estive... Toda a gente soube do meu paradeiro sempre que cá estive em Portugal, que era, normalmente... E posso dizer que saí do Brasil no dia 23 de maio desse mesmo ano.

Portanto, as notícias apareceram... Obviamente, isso ainda veio complicar mais. Isso veio, efetivamente, fechar muito mais e dificultar muito

mais toda a reestruturação da dívida e todo o encaminhamento empresarial da família Moniz da Maia.

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Peço-lhe que conclua, então, Sr. Deputado.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Tenho pouco tempo, portanto, vou só deixar duas perguntas mais ou menos rápidas, que estão relacionadas.

Há pouco, o Sr. Deputado Cotrim de Figueiredo falou sobre o aumento de capital como forma de diluição do penhor. No ano passado, em 2020, a Totalpart foi declarada insolvente e, entretanto, o tribunal ordenou a reanálise dessa insolvência para determinar se havia insolvência culposa.

Só há reanálise de processo de insolvência se houver fortes indícios, portanto, queria perceber se está notificado desses indícios e por que razão foi reaberto este processo.

Em segundo lugar, queria perceber exatamente a que se deveu esta tentativa de aumento de capital e se podemos dizer exatamente, ou não, que houve aqui uma tentativa, de alguma forma, dolosa de afetar a alienação dos créditos que estavam no BES.

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sobre se houve insolvência... Foi decretada insolvência, mas, neste momento, não fui notificado ainda de qualquer outra parte.

Do alegado incidente, não temos nenhuma notificação.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Se não teve notificação, aceito isso, mas está, neste momento, pelo menos na imprensa, que foi ordenada a reabertura da análise desse inquérito. Portanto, teremos de aguardar que seja notificado disso.

Aquilo que também lhe perguntei, a que não me respondeu, foi sobre esta tentativa do aumento de capital como forma de diluir o penhor sobre os créditos que estão, neste momento, no BES, ou que foram, entretanto, vendidos.

Queria perguntar-lhe a que se deveu essa operação. Qual era o vosso intuito com essa tentativa de aumento de capital?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Na minha declaração, expliquei um pouquinho qual é que foi...

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Podia ter explicado um pouco mais!

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Pela dificuldade de tesouraria, por todas as razões e já mais algumas aqui mencionadas, não havia capacidade de as empresas continuarem. Portanto, teve de se proceder a contactos com investidores que pudessem ajudar e para que as empresas continuassem a manter os postos de trabalho.

Quanto a uma diluição, não entendemos que exista uma diluição, porquanto a participação mantém-se no mesmo valor, ou superior até.

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Muito obrigada, Dr. Moniz da Maia.

Sr. Deputado Hugo Carneiro, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Dr. Moniz da Maia, gostava de começar por dizer que, das suas respostas, retiro algumas incongruências, ou alguma falta de adesão à realidade.

Vamos começar pelo início: referiu que o problema do grupo se deveu ao Lehman Brothers e à crise de 2008. O que é certo é que as ações do BCP começaram a cair no âmbito da disputa interna do BCP, no verão de 2007, e o Lehman Brothers aparece no final do verão de 2008. Portanto, o problema começa antes do problema do Lehman Brothers.

Esta é a primeira incongruência com os factos que tentou utilizar para justificar a queda do grupo.

Outra questão: também disse que o património da família, que estava avaliado na ordem dos 500 milhões de euros, permitia a aquisição das ações do BCP.

A primeira pergunta que lhe faço é a seguinte: os 500 milhões de euros que referiu eram o património bruto, ou o património líquido da família?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Julgo que não há incongruência nenhuma, porque, se se recordarem, as cotações do BCP, em 2006, inícios de 2007, rondavam entre 1€ e qualquer coisa e 2 €. Aquilo a que a imprensa chama «guerra de acionistas» até valorizou a participação, ou seja, se formos ver as cotações em setembro de 2007, em outubro, por aí, andava na casa dos 4 €, 3 € e muito,

Portanto, julgo que não há incongruência. Quando comprámos, comprámos a preços... Antes dessas guerras, que lhes chamam guerras, porque, enfim, não...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Confirmámos essa informação, ainda há pouco, das cotações do BCP, e não é verdade aquilo que está a dizer. Que fique claro que as ações, em setembro de 2007, não estavam nos valores que acabou de referir, e atingem um mínimo histórico quando começa o problema do Lehman Brothers.

Mas essa é uma questão histórica, a informação é pública, é só uma questão de consultar...

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr. Deputado, desculpe interrompê-lo.

Posso dizer-lhe que as ações que foram compradas pela família, e que estão, obviamente, nas entidades corretoras, foram compradas, em média, abaixo dos 3 € e chegaram a estar a 4,30 €.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Aquilo que posso dizer, e que confirmámos, é que, com a guerra do BCP, daí para a frente, as ações começam a cair e atingem mínimos, em meados de setembro de 2008, quando começa o problema do Lehman Brothers.

Portanto, a justificação para a ruína do grupo Moniz da Maia não é o Lehman Brothers.

Aquilo que nos dá a entender é que a justificação para a ruína do grupo Moniz da Maia é a de que o grupo se endividou, se endividou, se endividou, sem garantias nenhuma. Inclusivamente, há documentos internos, nesta Comissão — que são provenientes das diversas entidades que os remeteram à Comissão, a nosso pedido —, que dão nota de endividamentos superiores a 400 milhões de euros, com garantias de 3 % desse valor, ou dessa ordem de grandeza.

Portanto, o endividamento que o grupo foi realizando, ao longo do tempo, nunca foi munido das garantias ao banco. E por que razão não foi

munido das garantias ao banco? Porque parece que há uma relação especial entre o grupo e a família Espírito Santo, tanto é assim, que vocês pertenciam à ESI, tinham assento na ESI, o senhor foi administrador da ESI.

A pergunta que lhe faço é a seguinte: que tipo de relação tinha com a família Espírito Santo, para que lhe facilitassem créditos, que nenhum português neste País conseguiria obter sem garantias, ou com fracas garantias.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Como já transmiti, a relação com a família e o Grupo Espírito Santo já vem de há muito tempo, de vários negócios. Portanto, a relação era meramente institucional, não havia relações pessoais. Obviamente, isso é conhecido... Enfim, tal como havia relações com o Eng.º Jardim Gonçalves, com o atual Presidente do Novo Banco, com várias pessoas, enfim, aí de Portugal.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Era tão institucional, tão institucional, que o grupo Moniz da Maia se fez representar na ESI, *holding* de topo do Grupo Espírito Santo, onde pouca gente conseguiria entrar.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Como também já transmiti, o Grupo Espírito Santo tinha uma política que era assim: quem tinha uma determinada participação — presumo que era assim — era convidado a ter uma posição acionista.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E era uma relação interessante, porque, no fundo, como o grupo Moniz da Maia não tinha, ou não queria

mexer no seu património... Isto se os 500 milhões de euros existissem — e ainda não me respondeu a essa pergunta.

Mas, não querendo mexer nesse dinheiro, ou mesmo se este não existisse, tinham esta relação interessante com o Banco Espírito Santo, porque o banco ia financiando os diferentes projetos do grupo. É assim?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não. Todos os... O património de que falou, para ser claro, era património líquido.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E o que é feito desse património, então?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — O que é feito desse património?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É que esse património existia antes da compra das ações do BCP.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Exatamente.

A parte do Espírito Santo também teve a sua desvalorização com a crise.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E quanto é que valia?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Na altura? Não lhe sei transmitir exatamente, mas talvez aí uns 300 milhões de euros.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Dos 500 milhões de euros que referiu, 300 milhões de euros estavam aplicados no GES?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não. Peço desculpa, Sr. Deputado, mas são duas coisas diferentes. Está a falar-me do valor patrimonial, ou dos investimentos? É que são duas coisas diferentes, no meu entender.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Disse-nos que a família tinha um património líquido de 500 milhões de euros.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Certo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Isto é antes da compra das ações do BCP a as ações do BCP, os financiamentos, estavam colateralizados.

Portanto, a pergunta que lhe fiz foi a de saber onde estes 500 milhões de euros estão e disse-me que estavam no Grupo Espírito Santo, ou não é assim? Pelo menos uma parte.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Há uma parte no Grupo Espírito Santo, há uma parte nas empresas do Brasil, há outra parte na empresa...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Consegue segregar o valor que estava investido em cada sítio?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Assim, neste momento, não.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas consegue fazer chegar a esta Comissão?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Desculpe?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Consegue fazer chegar essa informação a esta Comissão?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Consigo, com certeza.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Julgo que é muito relevante, porque não conseguimos justificar que tenham desaparecido 500 milhões de euros, que haja perdas na ordem dos 500 milhões de euros, ou mais, no Novo Banco, quando a família estava tão bem!

Antes da entrada no BCP, a família estava ótima, tinha 500 milhões de euros líquidos de património. Portanto, este dinheiro, às tantas, ainda existe. Digo eu! Não sei, é uma dúvida existencial que tenho. Mas, já agora, pergunto-lhe.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr. Deputado, farei chegar cá essa composição.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem, agradeço.

Também disse que os ativos dos bancos são os empréstimos, portanto, os depósitos são um passivo dos bancos. Tem razão, mas isso é verdade quando os empréstimos são pagos, porque, se eles não forem pagos, eles não são ativos dos bancos, bem pelo contrário, tornam-se ativos tóxicos, como temos visto com a geração de imparidades e a destruição de capital das empresas. Isso acontece nos bancos, ou em qualquer outra empresa, quando os ativos são desvalorizados.

Isto foi só para deixar esta nota e para enquadrarmos devidamente as questões que estamos a analisar.

Referiu, também, que o Novo Banco, a determinada altura, contratou a Resolutions para a YBase, para controlar a parte operacional da empresa. É assim?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Exatamente, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Temos informação da Deloitte que diz exatamente o contrário. Diz o seguinte: «O Novo Banco, de facto, estava muito preocupado com a gestão da YBase.» E diz assim: «Colocou, como condição para a manutenção do apoio, um reforço na gestão que colmatasse essas preocupações, tendo a YBase contratado a Resolutions para realizar o controlo operacional do projeto.»

Afinal, quem é que contratou a Resolutions? Foi a YBase, ou foi imposto pelo Novo Banco?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não conheço a auditoria da Deloitte, como mencionou. A única coisa que conheço é o que aconteceu.

Efetivamente, o Novo Banco impôs a Resolutions. Inclusivamente — porque, obviamente, a Resolutions ia ser paga pelo próprio projeto —, nem sequer autorizou que se pudesse consultar duas ou três entidades para ver qual era o melhor preço. Foi imposto pelo Novo Banco.

O que diz o relatório da auditoria não sei, porque nunca li a auditoria da Deloitte, como referenciou. Mas existem documentos que comprovam isso.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Deixe-me fazer-lhe ainda esta observação: o Projeto NATA 2 tinha um conjunto de 9 devedores relevantes — Sogema, Ongoing, Prebuild, IMG, Tiner, Controlinvest, Londimo, Obriverca, Tricos. As dívidas destes diferentes grupos totalizavam 2139,8

milhões de euros. A parte imputável à Sogema é de 560 milhões de euros, portanto, estamos a falar de 26% do Projeto NATA 2, que é um valor relevantíssimo. Quando falamos destes milhões todos, não estamos a falar de trocos, mas de valores muito relevantes.

Ainda que o Novo Banco tenha vendido o NATA 2, e isso lhe tenha desagradado, como já percebi, provavelmente, até, por um preço que pode ser discutível — mas não vou entrar nessa conversa agora —, pergunto se, à data de hoje, continua a fazer um esforço para pagar não só aquilo que eventualmente a Davidson Kempner lhe poderá exigir com as cartas, os recibos, ou as faturas, ou o que quer que seja que lhe mande mensalmente, ou de tempos a tempos.

No seu íntimo, e porque esta também é uma questão moral, mantém a intenção de liquidar a totalidade dos valores que ficaram em dívida ao longo do tempo?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr. Deputado, até à data, apenas fomos informados de que o fundo, que não sei exatamente qual é, tinha adquirido os créditos da Sogema.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Também nos disse aqui que ficou muito surpreendido que isto tivesse sido vendido, porque até já tinham feito propostas mais interessantes. Que propostas é que fizeram?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Fizemos uma proposta concreta, na ordem de perto de 100 milhões de euros, pagos em 15 anos, presumo eu.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E esse dinheiro não poderia ter sido utilizado para amortizar a dívida que estava pendente?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, porque era um projeto de 15 anos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Ou seja, precisava de fazer novos financiamentos para desenvolver novos projetos que iriam gerar *cashflows* que, eventualmente, serviriam para pagar a dívida. É isso?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, Sr. Deputado. Era manter basicamente as empresas a funcionar para que gerassem os *cashflows* para ir pagando.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Pois. Também há uma conclusão que tiro da nossa audição, do tempo que já leva: é que, efetivamente, vocês tinham ativos biológicos que eram muito valiosos, o que não era valioso era o ativo biológico do Novo Banco que é o dinheiro que ele emprestou e que não foi devolvido por incapacidade ou por outras razões que poderão ter subsistido. Efetivamente, o dinheiro ainda não é um ativo biológico.

O Sr. Dr. Bernardo Moniz da Maia: — Peço desculpa, Sr. Deputado, posso interrompê-lo?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Pode, pode.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não me parece que essa conclusão seja correta, porque, efetivamente, de acordo com aquilo que outro Sr. Deputado disse, havia ativos biológicos e várias empresas que poderiam suportar, mas com a situação brasileira, a coisa ficou mais complicada. Nomeadamente no Projeto YBase havia um ativo biológico que ficou

abandonado e que eram 10 000 ha que estavam plantados, de que, obviamente, os proprietários das fazendas acabaram por se apoderar, por incumprimento do contrato.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas quem incumpriu o contrato foi a YBase. É isso?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Então, quem é que incumpriu?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Quem incumpriu o contrato foi o Novo Banco.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas o Novo Banco incumpriu porque não injetou mais dinheiro além de todo aquele que já tinha injetado? É isso?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não. Peço desculpa, Sr. Deputado, o contrato do YBase ou do projeto de 25 000 ha era um *project finance* e, como tal, havia a obrigatoriedade, por parte do banco, de completar o projeto, mas acabou por não o completar.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas o que é que cabia ao Novo Banco fazer em concreto?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — O contrato desse projeto propriamente dito.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E o que é que implicava o contrato?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Ir financiando à medida que o projeto...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Ou seja, mais dinheiro em cima dos mais de 500 milhões que já tinham sido injetados?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, isso faz parte dos 500 milhões.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Faz parte dos 500 milhões, mas eles não cumpriram. Foi isso que disse.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Como?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Disse que eles não cumpriram.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — O projeto tinha de ser financiado, como foi aprovado, e tinha um encadeamento de desembolsos ao longo do tempo.

Portanto, o dinheiro não foi posto à disposição na sua totalidade e, à medida que o projeto ia avançando, iam sendo feitos os desembolsos até que o projeto fosse 100% implementado. E o projeto ficou totalmente à disposição do Novo Banco.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem, os ativos biológicos.

Depois do insucesso ou da luta do BCP, e nem vale a pena entrar aqui em grandes conclusões sobre isto, porque já toda a gente percebeu o que foi,

sendo o Fundo de Resolução que ainda hoje anda a pagar muitas destas coisas, decidiu comprar ações da UBS com uma garantia do BCP.

Como é que, depois desta experiência tão malsucedida, ainda se mete na UBS?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — O negócio da UBS foi anterior ao BCP ou foi em simultâneo. Não sei... Já não me recordo bem.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — A informação que tinha aqui é que tinha sido logo a seguir, mas posso estar equivocado.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Logo a seguir, não.
Mas também não me recordo, Sr. Deputado, peço desculpa.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas fica registado que, ainda assim, o BCP perdeu também uns milhões com esta operação, por causa da garantia. Cumpriram a parte deles.

Quanto a relações com o GES, nunca estranhou o facto de obter financiamentos tão acessíveis e tão disponíveis por parte do Grupo Espírito Santo, neste caso, do Banco Espírito Santo, sem grandes garantias?

Há bocado até disse que o comportamento da banca há uns anos era leviano. Portanto, concorda que o Banco Espírito Santo, quando lhe emprestou o dinheiro, foi totalmente leviano, porque não exigiu as garantias adequadas? Ou discorda disto?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Acho que, como as coisas funcionavam naquela época, que não tem nada a ver com a situação atual ... À data de hoje, é, nesse sentido, que digo que é leviano. À época, não o era.

Posso acrescentar que, depois do investimento feito no BCP, os tais 300 e poucos milhões, houve outra instituição, uma das grandes instituições portuguesas, que também veio disponibilizar mais dinheiro para investimento, o qual foi recusado pela família Moniz da Maia.

Portanto, tínhamos as coisas ponderadas, dentro do que era conhecido naquele momento.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O grupo Moniz da Maia tem condições de continuar a pagar ao novo adquirente do NATA 2?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Peço desculpa, não entendi, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O grupo Moniz da Maia, o que sobra dele, ou quem detém as dívidas, tem condições de continuar a pagar ao fundo que adquiriu o NATA 2?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não tenho conhecimento de quais são as condições. Não sei. Não faço ideia. Nem sei o que é o fundo pretende, efetivamente.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Também não sei quais são as condições, mas se eu devesse dinheiro a alguém saberia qual era o valor da dívida e o valor da prestação que deveria pagar. Pelo menos, isso eu saberia.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não sei. Nem tão-pouco sei por quanto é que o fundo comprou...

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Então, como diz que é baixo?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Também percebo a sua estranheza, porque também acho muito estranho estes 500 milhões. Acho isto tão leviano, como referiu e concordo totalmente consigo. Acho que todos ficamos surpresos e admirados.

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Sr. Deputado, conclua o seu raciocínio, por favor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sim, vou concluir.

No Brasil, existe, ou existiu, uma série de ações judiciais, inclusivamente do Estado brasileiro, e houve penhora de ativos. Qual é o ponto de situação destes processos? Ainda existem essas penhoras, os arrestos? Estão resolvidos? Quem é que detém os bens? Foram dados bens ao Novo Banco? Não foram?

Era isto que gostava de saber.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr. Deputado, sobre o assunto Brasil, o processo foi encerrado no que diz respeito ao processo cível.

Relativamente ao outro processo, foi um processo que, tanto quanto sei, à data de hoje, foi novamente recomeçado. É o que lhe posso transmitir, porque não sei mais do que isto neste momento.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E os bens?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Os bens tiveram uma situação idêntica, foram vendidos para que as empresas pudessem sobreviver e manter os postos de trabalho.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Então, estão à guarda dos processos judiciais no Brasil. É isso?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Estiveram à guarda, não estão, neste momento.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Foram vendidos para pagar os salários?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, não.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Pedia-lhe que fosse objetivo. Não me explique só as vírgulas, explique-me tudo relacionado com os processos. Podemos andar aqui num pingue-pongue de perguntas, mas se lhe faço uma pergunta sobre os processos, tem de me dizer qual é o ponto de situação dos processos. Se há bens, perguntei-lhe se eram para pagar os salários e se eles estão à guarda dos processos. Disse que não estão à guarda, então, diga-me onde estão. Seja objetivo e responda a tudo o que lhe estou a perguntar.

Acho que o senhor percebe onde quero chegar, por isso pedia-lhe que fosse o mais completo possível nas suas respostas.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr. Deputado, o processo começou em 2016 e terminou em fevereiro de 2020. Durante esse período, todos os bens estiveram retidos pela justiça brasileira.

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Peço desculpa, mas agora estão onde? Foi essa a pergunta que o Sr. Deputado fez. Agora estão onde?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Em 2016...

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Isso já percebemos, peço desculpa por interromper.

A partir de fevereiro de 2020, onde ficaram esses bens?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Peço desculpa.

Em 2016, os ativos do Brasil foram vendidos a pessoas, porque, quando apareceu o processo, a banca fechou-se e não havia condições de continuar a funcionar com esses projetos.

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Então, o que é que terminou em fevereiro de 2020?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Houve um processo cível que arrestou ou pôs à guarda dos tribunais...

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — O senhor tem o seu advogado ao lado que lhe pode dizer qual é a figura jurídica, em concreto, à qual os bens estão...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Foram vendidos!

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, tem a palavra.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Sr. Dr. Moniz da Maia, quando vendeu estes bens, vendeu por quanto? E o que é que fez ao dinheiro que recebeu?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr.^a Deputada, os bens ou as sociedades propriamente ditas foram vendidas e pagas durante um período, mas entraram também em incumprimento.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Vamos por partes: diga-me quanto dinheiro é que entrou e o que é que foi feito exatamente com o dinheiro da venda destas sociedades.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr.^a Deputada, o dinheiro que entrou... Não geri esse dinheiro propriamente dito. Entrou na sociedade que vendeu e... Mas, em termos de reais, com o câmbio e com as desvalorizações... Não foi pago tudo de uma vez... Há prestações ainda para ser pagas, mas que, entretanto, entraram em incumprimento também.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Qual foi a sociedade que vendeu?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — A sociedade que vendeu foi a Yser SGPS, julgo eu.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A Yser SGPS vendeu as sociedades no Brasil e recebeu todo o dinheiro nas suas contas?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, o que não foi recebido na Yser SGPS foi recebido onde?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não foi recebido, porque não foi pago a pronto.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Foi a prestações?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Tem sido pago a prestações.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Consegue dizer-me quanto é que recebeu?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — De cabeça, neste momento, não, mas não foram grandes valores.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E todo esse dinheiro foi recebido na Yser SGPS e usado para pagar dívida ao Novo Banco?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Julgo que sim. Mas não são valores significativos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não há nenhuma receita da venda das sociedades do Brasil que tenha saído para outra conta que não a da Yser SGPS, pertencente ao Grupo Sogema?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — A Yser SGPS pertence ao grupo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Exato. E o dinheiro que recebeu pela venda destas sociedades foi 100% para a Yser SGPS? Não houve nenhum dinheiro que tivesse ido para outra conta, além desta?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Pelo que saiba, de que me recorde, não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não se recorda. Mas não pode fazer um esforço de memória para saber se houve dinheiro dirigido ou canalizado para outra conta, da venda destas sociedades, que não unicamente para a conta da sociedade que é dada, bom, como penhor, de alguma forma, às dívidas ao Novo Banco?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr.^a Deputada não lhe sei responder a 100% a essa questão, mas a ideia que existe é de que o pouco dinheiro que veio foi, depois esse, utilizado na própria Euro-Yser enquanto funcionava, para poder operacionalizar. É a ideia que eu tenho, mas não lhe sei responder, de momento, nessa parte concreta.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas sabe-me responder se houve 1 € da venda das sociedades no Brasil que tenha ido para uma sociedade em seu nome ou uma sociedade que esteja fora da esfera de consolidação do grupo Sogema?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não lhe sei responder neste momento sobre isso.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não sabe dizer se recebeu dinheiro da venda das empresas no Brasil?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Através da Yser terá sido recebido.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A Yser... Eu não estou a perguntar se a *holding* recebeu dinheiro, estou a perguntar se o Dr. Moniz da Maia recebeu dinheiro, em contas suas ou em empresas suas, fora do perímetro do grupo Sogema, que deve dinheiro ao Novo Banco.

Já percebeu a minha pergunta: quero saber é se todo o dinheiro que foi recebido pela venda das sociedades no Brasil foi usado para pagar a dívida ao Novo Banco ou se foi desviado para contas suas.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, para contas minhas, de que eu me recorde, não.

Risos.

Foi para empresas, para a estrutura, talvez, para manter as empresas a funcionar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E, portanto, garante-me que não há um cêntimo que tenha ido para contas suas e que tudo foi usado na estrutura que é devedora do Novo Banco?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr.^a Deputada, eu creio que sim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pense bem, porque nós temos acesso a muita informação e temos muitos dados de muitas empresas, e, portanto, aconselhava-o a pensar bem na resposta que vai dar.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não tenho certeza, neste momento, porque já foi há bastante tempo também, portanto não lhe consigo...

Posso mandar essa informação à Comissão.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Eu duvido que mande uma informação à Comissão de que desviou o dinheiro do pagamento de empresas para contas pessoais, mas, por favor, faça-o, se, entretanto, recuperar a memória. Eu agradeço.

Gostaria de voltar atrás e de lhe perguntar qual é o total da sua dívida, neste momento, ao Novo Banco. Importa pouco se foi vendido ou não, ou por quanto é que foi vendido. Quanto deve ao Novo Banco?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Como transmiti na minha declaração inicial, são 368...

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Milhões!

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — ... milhões, mais os 137 milhões do outro projeto.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, à volta de 550 milhões, 560 milhões.

O Novo Banco registou uma perda de 532 milhões, portanto, tudo aquilo que deve já foi perdido, ao contrário do que disse, a dívida não é um fundo. Além do fundo, existe uma dívida ao fundo de resolução, que foi paga com dívida emitida pela República Portuguesa e, portanto, uma parte da sua dívida é aos contribuintes portugueses, não é ao fundo que comprou a dívida

do Novo Banco. E por isso é que é importante perceber porque é que ela não foi paga e para onde é que foi o dinheiro que a devia ter pago.

Na origem destes financiamentos estão 330 milhões para comprar ações do BCP, já percebemos isso.

Essa dívida começou por ser contraída pela Sogema SGPS e depois passou para a Sogema Investments, na Irlanda. Passado pouco tempo, são emitidas notas no valor de 15 300 000 € para pagar juros dessa dívida. Quando é que foram emitidas estas notas?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não lhe sei precisar a data, mas julgo que 2012, por aí.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Nem os 330 milhões nem as notas dos juros foram pagas ou amortizadas em algum momento?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Peço desculpa, nem a...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Nem as notas... Nunca nada foi amortizado. Os juros terão sido... Os juros foram pagos e houve alguma amortização, como também transmiti na minha declaração inicial, de cerca de 60 milhões de euros.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Repare, a dívida total da Sogema Investments é de 368 milhões de euros, que correspondem a 330 das ações mais os 15 milhões das notas, mais juros acumulados, o que nos leva a concluir que o capital destes empréstimos não foi pago.

Nem temos nota de que tenha sido, e se foi...

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Pois, isso agora...

Risos do Deputado do PS Eduardo Barroco de Melo.

Aquilo que lhe posso... Sobre esses valores grossos aquilo que eu lhe posso transmitir, Sr.^a Deputada, são os tais 368; foram pagos 68 milhões de euros e ainda os juros que estavam em dia e que, somados, eram 52,4 milhões de euros, dos quais 23,4 milhões de euros com capitais próprios, foi o que eu transmiti.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E dos empréstimos, em particular?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Quais empréstimos?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Destes empréstimos? Estamos a falar destes empréstimos da Sogema Investments?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sim, destes empréstimos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sabe-me dizer qual era a primeira data de maturidade destes empréstimos?

A informação que tenho é que era de 2013.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não me recordo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas consegue dizer-me que na primeira data em que era suposto ter vencido não foi pago e, portanto, foi prorrogado.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Aquilo que lhe posso dizer, que julgo que já transmiti aqui é que o incumprimento da dívida entrou, ou começou algures em maio de 2014.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, mas uma coisa é o incumprimento da dívida por não pagar juros; outra coisa é chegar a maturidade, não reembolsar e o crédito ser prolongado por mais tempo. Não há incumprimento, mas o que é facto é que não pagou na maturidade.

O que lhe pergunto é se a maturidade foi 2013.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não lhe sei precisar, neste momento.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Que garantias é que foram dadas para este empréstimo?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — De qual é que está a falar, Sr.^a Deputada? Do do BCP?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Do dos 3 milhões.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Dos 3 milhões.

As garantias, enfim, como já transmiti também, foram dadas inicialmente com as ações de... com a aquisição das próprias ações.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E como é que foram reforçadas depois?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Depois foram reforçadas, a partir de 2008, com algumas participações societárias.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Que participações societárias são essas?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Yser, Mague Metal SGPS, Sogema SGPS e julgo que Totalpart também.

Depois, assim de cabeça, de mais já não me recordo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Nunca lhe foi pedido um aval pessoal?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A Sogema SGPS também tem dívidas. Tem dívidas de 30 milhões, 25 de uma vez, 5 milhões de outra.

Qual foi o destino destes dois financiamentos?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Isso agora... O destino desse financiamento, se me recordo, foi para investimentos em desenvolvimento industrial.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E, portanto, estas dívidas não foram para comprar ações?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Esses 25 mais 5, julgo eu que foi o que transmitiu, não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A informação que nós temos é de que estes créditos venciam em 2010 e que não chegaram a ser pagos. E foram sendo prorrogados ao longo do tempo.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não me recordo dessas datas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas recorda-se de não os ter pago?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — A certa altura ficou tudo dentro, digamos, nas mesmas condições.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Nas mesmas condições é: não são pagos.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — A amortização não foi feita, não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, estes créditos teriam vencido em 2010, passaram para 2011, depois para 2013; num caso passou de 2010 para 2016. Quais são as garantias destes créditos?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Desses da Sogema?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Da SGPS.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Julgo que não tinha garantias.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, foram-lhe dados 30 milhões de euros de créditos, sem garantias?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não me recordo, mas presumo que sim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E houve reforço de garantias, entretanto?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Houve... O reforço foram aquelas garantias que foram dadas, que depois aquilo passou a ser feito tudo dentro... na ótica global.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, se somarmos as *holdings* do grupo — 330 milhões de Sogema Investments, 30 milhões de Sogema SGPS, e mais uma dívida de 14 milhões na Totalpart — temos 416 milhões, com únicas garantias das próprias *holdings* do grupo.

Confirma que esta é a situação do grupo em, enfim, a partir de 2016?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Os valores corretos não lhos sei transmitir, porque depois, durante muito tempo... E quando houve essa tentativa de várias negociações, de renegociações... Porque isto, obviamente, quando as situações, às vezes, ficam mais críticas, e foi o caso, há renegociações de dívidas, enfim, e as coisas nem sempre correm como se pensam e algumas destas foi o que aconteceu...

Portanto, quando se encetaram as negociações, houve uma suspensão de juros, para ver se se conseguia concluir um contrato, um acordo final para fazer a um determinado período de tempo, que teria de ser combinado e acordado, tentar resolver toda a situação.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Já lá vamos.

O ponto é outro é: antes da renegociação, a situação do grupo Moniz da Maia era só nas *holdings* e uma dívida de mais de 400 milhões, garantida por nada a não ser pelas próprias *holdings* do grupo?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Se me está a perguntar se havia ativos diretos...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Estou a perguntar-lhe que garantias é que existiam para uma dívida de mais de 400 milhões.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Participações. É só, é como diz.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E as principais participações eram a Totalpart, e a Yser ou Euro-Yser...

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — As principais participações era mais a Mague...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A Mague faliu, entretanto.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, a Mague não faliu, peço desculpa, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Está dada como insolvente.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, não. Peço desculpa, mas a Mague foi dissolvida, que é completamente diferente.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Seja como for, o Novo Banco não pode ir lá buscar valor e, portanto, o que quero saber é: quais são as participações que têm valor? Onde estão as empresas operacionais ou os ativos imobiliários que são dados como garantias?

É que o que foi dado como garantia não foram os ativos imobiliários, são as participações que têm os ativos imobiliários. O que quero perceber é quais são as garantias e as empresas com valor dadas como garantia.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — As empresas que foram dadas como garantia foram aquelas que eu lhe transmiti: Euro-Yser SGPS, depois houve agora a Euro-Yser, também, e a...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Totalpart?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Totalpart.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Em 2018 há uma tentativa de reestruturação. Confirma?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Em 2018 houve uma tentativa de reestruturação, sim, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Disse-nos, aqui, que o Novo Banco não aceitou.

A informação que temos, de uma nota interna do Novo Banco é que as condições aprovadas pelo Novo Banco, em Conselho de Administração,

não foram aceites pelo Grupo Moniz da Maia, nomeadamente porque o grupo Moniz da Maia não aceitou a prévia constituição de penhor a favor do Novo Banco sobre as empresas imobiliárias, num contexto no qual não existia garantia de aprovação da reestruturação global do Fundo de Resolução.

Não se trata de não ter tido resposta, trata-se de não ter aceitado constituir um penhor sobre as sociedades imobiliárias.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

Temos de distinguir aqui dois tipos de situação, uma é a situação da dívida grande, que foi uma proposta, em 2018, sobre a qual não tivemos resposta, e outra situação é a seguinte: em 2019 — julgo eu finais de 2018, 2019, e eu a maior parte das coisas não acompanhei —, houve uma situação que foi termos sido convidados pelo Novo Banco a fazer uma reunião, verbal, um acordo de cavalheiros, em que tínhamos de tomar uma decisão imediata dentro dessa reunião.

Assim foi feito. Aderiu-se que... Houve um espaço de 10, 15 minutos para as pessoas que estiveram presentes na reunião, do nosso lado, debaterem um pouco os assuntos e concordámos, com a proposta verbal, com o Novo Banco.

Acontece que, posteriormente, o Novo Banco veio dar o dito por não dito e ao que, provavelmente a Sr.^a Deputada se deve estar a referir foi que fossem dadas todas as garantias que, depois, o Fundo de Resolução, lá mais para a frente, dirá se aceita ou não aceita.

Nessa altura, nós dissemos: «Nós damos as garantias, mas para resolver as coisas todas de uma vez só».

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Recusou ou não recusou constituir penhores sobre as empresas imobiliárias em 2018?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr.^a Deputada, eu julgo que essa recusa não é em 2018.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pode ser início de 2019.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Em 2018, julgo que não foi a recusa. Acho que foi mais para a frente. De qualquer das maneiras, nas condições que o banco apresentou, obviamente, foi recusado. Dar garantias sem resolver o assunto ou o acordo...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Desculpe lá, mas a dívida estava no Novo Banco, não estava? Devia 500 milhões ao Novo Banco, não devia?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Certo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, em teoria, esses ativos pertencem ao Novo Banco, não pertencem?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Essa questão da recusa... Vamos lá ver, no início, não houve garantias dadas. Portanto, nós demos as garantias de livre vontade, porque não havia acordo nenhum em 2008, certo? Isto sobre as garantias. Portanto, ao longo do tempo, foram dadas determinadas garantias no tempo de 2008, 2009. Depois, a proposta do Novo Banco — que era descasar as coisas — para nós não foi entendida como uma proposta que pudesse ser aceite.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Entre 2009 e 2018, os senhores devem 500 milhões de euros ao Novo Banco que não lhe pagam. Não dão garantias, e acham que estão a fazer um favor ao Novo Banco e aos contribuintes quando aceitam acrescentar garantias reais por uma dívida que não vão pagar. É isso que me está a dizer?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, é que as garantias que foram pedidas nem se sabia se resolviam o assunto. Portanto, havia uma negociação que tinha as suas contrapartidas, mas em que nós não sabíamos qual era o resultado final da negociação.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não sendo dadas mais garantias, o único poder que o Novo Banco tinha sobre o grupo Moniz da Maia eram as *holdings* Yser, Euro-Yser e Totalpart.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Essas foram as garantias dadas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E os senhores, à revelia do Novo Banco, em 2019, pegaram na Euro-Yser, na Totalpart e numa das operacionais da Euro-Yser e fizeram aumentos de capital sem o Novo Banco saber, para diluir a posição do Novo Banco.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr.^a Deputada, muito obrigado, mas essa questão da diluição não é bem assim, porque o que está dado é o capital das sociedades.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não, é o que está lá dentro!

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — A participação dessas situações manteve-se exatamente igual.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Exato! O Novo Banco tem 100% numa sociedade que tem ativos imobiliários, quer dizer que tem 100% de acesso aos ativos imobiliário. Se tem 20% de uma sociedade que tem ativos imobiliários, tem 20% dos ativos imobiliários. É assim que acontece, não é?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr.^a Deputada, a situação da Euro-Yser, que é um dos casos, se não houvesse um aumento de capital por investidores, pura e simplesmente, ia à insolvência.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não é isso que lhe estou a perguntar. Vou perguntar tudo em conjunto, porque já terminei o meu tempo.

A Euro-Yser, uma outra empresa chamada Goodryser e a Totalpart eram as únicas garantias que o Novo Banco tinha. Dentro destas empresas estão ativos imobiliários e ativos operacionais. Para aceder a elas, o Novo Banco tem de ser dono destas empresas.

Depois de ter falhado o processo de reestruturação, o Dr. Moniz da Maia vai, à revelia do Novo Banco e em segredo, e faz um aumento de capital destas empresas para diluir a posição do Novo Banco. Nós conhecemos essa estratégia. Foi exatamente a estratégia que José Berardo usou para diluir a participação dos credores na Coleção Berardo. Esta estratégia tem outro nome: chama-se «calote». Calote ao Novo Banco, que é o detentor destas participações.

Portanto, gostaria de lhe perguntar por que é que fez isto à revelia do Novo Banco, quais são as consequências de ter feito isto à revelia do Novo Banco — que era credor, com direito a estas participações — e quem são estas pessoas que aumentaram o capital. Isto porque uma destas empresas,

que é a Wisdom Occasion, é sua parceira em três outras empresas através de uma sociedade que o Dr. Moniz da Maia tem registada nas Ilhas Virgens Britânicas chamada Roqueville. Por conseguinte, gostaria de saber qual foi o seu plano para fugir à dívida e retirar os colaterais do Novo Banco, recuperando o acesso a empresas que pertenciam ao Novo Banco por causa do seu crédito.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Primeiro, não há aqui comparações... Sr.^a Deputada, muito obrigado, mas não há aqui comparações sobre essa estratégia. Foram aumentos de capital feitos por investidores externos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ah foram?! E todos seus parceiros, pelo visto!

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Parceiros?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Doutor, uma das empresas que aumentou o capital é sua sócia em três outras empresas! É tão simples quanto isto!

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Peço desculpa?...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O Dr. Pedro Teixeira de Melo, que foi uma das pessoas que aumentou o capital da GPMG Totalpart, há dois meses, aliás — este aumento de capital foi feito há dois meses! —, para diluir a posição, neste caso, do credor, é seu parceiro em três empresas: AFS2, Douro Royal e parceiro de elementos da sua família numa coisa chamada Always Rotation.

Portanto, não me venha dizer que não conhece e que é independente das pessoas que aumentaram o capital e que diluíram o credor.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Primeiro, o aumento de capital foi feito há muito tempo. Segundo, foi por investidores externos, parceiros. Há várias parcerias possíveis, mas não é o caso neste caso.

Aliás, gostava de acrescentar, Sr.^a Deputada, que o Novo Banco estava a par das coisas!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O Novo Banco não foi informado desta decisão e, aliás, foi por isso que foi para execução judicial; porque não foi informado desta decisão. O que, aliás, não é legal, devo-lhe dizer.

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Quer responder, Sr. Doutor?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Peço desculpa, agora perdi-me na pergunta.

Risos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr.^a Presidente, eu só informei o Dr. Moniz da Maia que o Novo Banco não foi informado — isso faz parte das notas internas que nós temos — destas ações de aumento de capital e que estes aumentos de capital para diluir o credor não são legais. Não são legais nem morais. Não são legais!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Tocou-se-lhe na ferida!

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr.^a Deputada, não sei quais são as informações que o Novo Banco vos dá, porque não pertenço ao Novo Banco nem nunca lá estive, mas há muita informação que vem cá para fora que não está correta.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Então, diga lá qual é!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Temos notas internas que o comprovam!

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Se me permite, Dr. Moniz da Maia, só para esclarecer esta questão.

Informou o Novo Banco do aumento de capital?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — O Novo Banco estava a par das diversas situações,...

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Informou o Novo Banco?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — ... inclusivamente, dos MBO e disso tudo, e o Novo Banco foi informado. Pelo menos, de algumas foi informado do aumento de capital.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — De quais?!

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Algumas. Agora não lhe sei precisar, porque eu não estava dentro dessas conversas com o Novo Banco.

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Muito obrigada, Dr. Moniz da Maia.

Sr. Deputado Duarte Alves, tem a palavra.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Sr.^a Presidente, cumprimento o Dr. Bernardo Moniz da Maia.

De facto, se há coisa que tudo isto que temos estado a analisar ao longo desta audição demonstra é que, quando estão em causa negócios com esta dimensão com a banca, e pelo papel que a banca tem no sistema financeiro, nunca estamos a falar de negócios entre privados. Isto porque as dívidas são contraídas por pessoas como o senhor e por atuações levianas como as que foram tomadas por parte do BES — neste caso, financiando a compra de ações do BCP em que as garantias eram as próprias ações —, e depois quem paga essas dívidas são os contribuintes. É esta a realidade! Portanto, não há aqui negócios entre privados. A banca tem um papel que, quando falha, acaba sempre por ser assumido pelos contribuintes.

Esta sua dívida foi contraída ainda no período do BES, e eu quero ir à reestruturação que foi feita em 2018. Isto, porque temos um parecer interno do banco — uma análise de risco de 20 de abril de 2017 — que é relativo já a esta reestruturação que foi feita em 2018.

Nesta altura, o envolvimento do grupo Moniz da Maia era de 548 milhões, dos quais 196 milhões em incumprimento e com uma imparidade de 276 milhões, constituída.

Havia duas alternativas para a reestruturação. A que foi preferida pelo gabinete de risco do Novo Banco foi a solução que acabou por ser adotada, a qual, podemos dizer, em analogia com o que se passou com o BES, foi a da separação entre o «Moniz da Maia bom» e o «Moniz da Maia mau» — digo assim, para simplificarmos.

Portanto, houve uma parte que se chamou dívida sustentável, de 120 milhões, que ainda seria recuperável, e uma outra parte que era a dívida não sustentável, de 274 milhões. Ou seja, houve uma divisão, que até já foi aqui abordada.

A nossa pergunta é se esta divisão que foi feita entre a YBase e o resto das suas participações alguma vez foi proposta antes desta altura, ou se foi só em 2018.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr. Deputado, várias propostas foram feitas (julgo que já transmiti isto também) ao Novo Banco, desde dezembro de 2015.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Eu perguntei se alguma vez foi proposta uma separação como a que acabou por ser efetivada, entre uma parte de dívida sustentável e uma parte de dívida não sustentável. Ou seja, se, antes de 2018 e deste processo de reestruturação, alguma vez este tipo de reestruturação em concreto foi sugerido por parte do Novo Banco.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não lhe sei responder com toda a certeza, porque, como eu digo, a maior parte das reuniões com o Novo Banco eu não estava presente e, portanto, não me recordo exatamente dos detalhes que possam ter sugerido. Mas, tanto quanto me recordo, todas as conversas que houve com o Novo Banco era de ser o conjunto e não em separado.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Não era o senhor que estava nas reuniões. Mas, então, quem é que estava nas reuniões da parte do grupo?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Os administradores das empresas.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Quem?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — O engenheiro Castelo Branco. Inicialmente, um colaborador que entretanto saiu do grupo, que era o Dr. Firmino Rocha, e, posteriormente, o engenheiro Castelo Branco e o Dr. Diogo Belmar da Costa.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Diogo...?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Belmar da Costa.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Portanto, não lhe chegou nunca ao conhecimento que esta proposta de dividir a parte sustentável da parte não sustentável foi sugerida, por exemplo, num período mais para trás, como na altura da divisão do «banco bom» e do «banco mau», porque a verdade é que esta sua dívida passou para o Novo Banco. Passou a parte boa e a parte má. E depois, passado uns anos, há uma divisão entre a parte sustentável e a parte não sustentável.

Nós podemos-nos perguntar porque é que não foi feita antes uma divisão para que fosse só para o Novo Banco — isto é, para o banco que não é o «banco mau» — a parte sustentável das suas dívidas.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr. Deputado, obrigado, mas dessa divisão do BES para o Novo Banco não tenho qualquer conhecimento como é que foi tratada nem como é que foi processada.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas nunca, nessa altura, lhe sugeriram uma divisão como esta, que acabou por ser aplicada em 2018?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Que eu me recorde, não!

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Ainda neste parecer de risco, há um aspeto que é revelador, revelador até de muito do que se passou e da leviandade que já aqui foi referida, em que o gabinete de risco do Novo Banco, de alguma forma, queixa-se, dizendo que não foram disponibilizadas as contas consolidadas nem individuais da Sogema Investments Limited, para nenhum dos exercícios analisados. Portanto, não foram disponibilizadas contas consolidadas nem individuais.

Também dizem, relativamente à qualidade da informação disponibilizada o seguinte: «Refira-se que a informação económico-financeira obtida sobre os exercícios de 2014/2015, das sociedades financeiras Resisul Agroflorestal, Resisul Fortaleza, Resinas Yser, cingiu-se apenas ao balanço e demonstração de resultados em reais, sem que tivessem sido obtidos os anexos e os relatórios de gestão de auditoria.»

O senhor devia 500 milhões ao Novo Banco e, mesmo assim, estes documentos que lhe eram pedidos não eram entregues com a qualidade de informação que se exigiria e com as contas consolidadas e devidamente demonstradas.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr. Deputado, tanto quanto sei, todas essas informações foram dadas conforme solicitadas pelo banco.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então, o que está aqui, neste parecer de risco, é mentira. Foi tudo entregue?!

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr. Deputado, eu não conheço o parecer do risco, não me recordo da documentação toda que foi dada ao banco, mas, seguramente, o que o banco pediu foi sempre enviado.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então, quando aqui é dito que não foram enviadas as contas consolidadas nem individuais da Sogema Investments, não corresponde à realidade?!

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Terão sido enviadas as contas, só se...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Consolidadas e individuais, é o que aqui está! Não é «contas», é contas consolidadas e individuais.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Foram enviadas as contas que existiam e que a sociedade era obrigada a ter como contas. Se estavam consolidadas ou eram simples, sinceramente, não me recordo. Mas tudo o que foi pedido pelo Novo Banco ou pelo BES, ou seja, pelos bancos todos, todas as informações que foram pedidas, a nível de contas, foram entregues.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Também é mentira que não foram entregues os anexos e relatórios de gestão e auditoria, conforme está aqui?!

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — A isso aí já não sei responder.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — É que, repare, aqui a questão não é só aquilo que legalmente tinha de entregar; é que um grupo que deve 500 milhões, se lhe é pedida informação sobre esses ativos, aquilo que tem a fazer

é dar o máximo de informação possível, não apenas aquela que pode ser legalmente exigível.

Portanto, aquilo que nós queremos perceber é se foi prestada essa informação e se, ao não ser prestada, houve uma insistência, por parte do Novo Banco, em procurar obter esta informação mais consolidada, com estes anexos, com estes relatórios de gestão e de auditoria.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr. Deputado, muito obrigado, mas aquilo que lhe digo é o seguinte: toda a informação solicitada terá sido entregue. Agora, o que está escrito... Também não lhe posso dizer de cor o que foi entregue, porque são vários anos e várias coisas, mas tudo terá sido sempre entregue. Não sei o pormenor nem o detalhe, mas, seguramente que há aí alguma falha de comunicação ou uma falha de informação.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Vamos ter de confrontar, para depois percebermos exatamente onde está a verdade, porque aquilo que está aqui dito é que essa informação não foi prestada.

Portanto, é feita esta divisão. Relativamente à Y-Base, o que é referido é que no final de 2016 verificam-se atrasos no desenvolvimento do projeto, que estava a ser feito no Brasil. Por isso, o Novo Banco impõe que haja um reforço na gestão, contratando a Resolutions para realizar o controlo operacional do projeto — referiu esse aspeto na sua intervenção inicial. Eu não estava aqui, mas estava a ouvir a sua intervenção.

Em 2017, a Resolutions, que, portanto, ficou a fazer este controlo operacional do projeto, que era a tal dívida sustentável, a tal parte que ainda podia ser recuperada, apresentou um diagnóstico que revela desvios na área plantada, nas espécies plantadas, na manutenção e identifica a necessidade de reestruturar o projeto.

Havia, de facto, uma necessidade de reestruturar o projeto? O projeto tinha, de facto, estes problemas que são aqui identificados?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Houve uma necessidade de reformular o projeto, porque, efetivamente, houve alguns atrasos mensais, nomeadamente após a resolução do BES, e todos esses atrasos acabaram por... As mudas que estavam, em tempo, para serem postas, não puderam ser implementadas e, portanto, houve, efetivamente, uma mortalidade maior das plantas do que estava previsto, pelos atrasos de implementação.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Mas esta reestruturação não é aceite pelo Fundo de Resolução. Sabe dizer-nos porquê?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Desculpe?...

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Esta reestruturação, que é aqui proposta, não é aceite pelo Fundo de Resolução. Sabe porquê?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, não sei.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — E se tinha dívidas, não só no Novo Banco, mas também noutros bancos, sabe dizer-nos se nos outros bancos foi aceite a reestruturação?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Alguns aceitaram reestruturações pequenas, outros não.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Da carteira de bancos, pode referir-nos quais os que aceitaram?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — O único banco de que me recordo foi o BCP.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Que aceitou ou que não aceitou? Que aceitou?!

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Aceitou durante uns tempos e, tanto quanto sei, vendeu também um crédito a um fundo.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Na sua intervenção inicial diz que a Resolutions, que identifica todos estes problemas, depois abandona o projeto. É um pouco estranho que diga isto e, portanto, gostaria, também, que elaborasse um pouco mais sobre o que aconteceu quando, depois, a Resolutions abandonou este projeto.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Como eu já disse atrás, quando a Resolutions entrou para o projeto foi por imposição do Novo Banco e, exclusivamente, só podia ser a Resolutions, que assumiu, efetivamente, baseada na reestruturação que tinha sido feita, proposta por ela e no pressuposto de que o Novo Banco iria avançar e continuar com o projeto. Aconteceu que, subitamente, o Novo Banco desinteressou-se, não quis continuar com o projeto, a Resolutions deixou de receber o dinheiro das suas funções e, pura e simplesmente, rescindiu o contrato.

Isto é do que me recordo.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Esta era a parte sustentável da dívida. Entra a Resolutions e não dá continuidade ao projeto, o que significa que por

essa via também houve perdas, que acabaram por ser imputadas ao Fundo de Resolução?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Efetivamente, houve vários tipos de perdas: a perda de o projeto não ter sido concluído, em que ficaram plantados 10 000 ha dos 25 000 ha; houve a perda da própria floresta, que estava plantada em 10 000 ha, que ficou não sei onde, porque a Resolutions, que tomou conta do projeto, abandonou-o por falta de recebimento, de acordo com os contratos que havia entre... O contrato inicial, obviamente, era do BES, e, portanto, o Novo Banco não terá cumprido o contrato até ao fim.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — O que, naturalmente, se reflete em perdas para o Novo Banco?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Isso reflete-se em perdas para o Novo Banco.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Que, depois, acabam por ser pagas pelos contribuintes.

Relativamente à dívida e à compra de dívida, a do Projeto NATA, portanto, a parte não sustentável, foi vendida num pacote mais amplo por 10% do seu valor. Disse que fez propostas muito superiores, mas em relação ao NATA 2 ou em relação, apenas, à sua parte do NATA 2. Ou seja, entrou na negociação do NATA 2 ou só naquilo que dizia respeito ao grupo Moniz da Maia?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Eu não entrei em negociações com o NATA 2, apenas foi lido nos jornais a venda do NATA 2, da própria

dívida da família Moniz da Maia, e recebemos uma carta do Fundo a dizer que tinha comprado a dívida ao Novo Banco.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Portanto, aquilo que os senhores pretendiam, quando fizeram uma proposta, era ficar com as dívidas que tinham contraído junto do Novo Banco, por uma fração do seu valor, por um valor mais baixo do que aquele que deviam e, assim, limparem a dívida que tinham. Era esse o objetivo. Por isso é que queria comprar a sua própria dívida.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Comprar a nossa própria dívida?

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então, não disse que tinha propostas muito superiores em relação à compra destas dívidas, que acabaram por ser vendidas no NATA 2?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Certo.

O que eu disse foi que foram propostas no sentido de pagar a dívida a longo prazo, por valores superiores.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Então, essa comparação entre valores muito superiores àqueles por que foram vendidos os créditos é um bocadinho difícil de pôr na mesma balança.

Queria, ainda, fazer uma pergunta que tem que ver com um parecer da comissão de acompanhamento do Novo Banco, que revelou a existência de perdas enormes para o Novo Banco, devidas a situações de gestão danosa, de subtração dolosa de ativos do património do devedor para dificultar qualquer hipótese de recuperação dos créditos e flagrante má-fé negocial.

Isto está referido num parecer da comissão de acompanhamento do Novo Banco, relativamente ao NAA 2, e em que esta comissão de acompanhamento sugere que o Novo Banco proceda a intimações judiciais, relativamente a estas práticas lesivas dos interesses do Novo banco.

Queríamos saber se, antes ou depois da venda do NATA 2, foi feita alguma averiguação sobre as condutas ilícitas que tenham realizado, da parte da Moniz da Maia, para prejudicar o Novo Banco, em consequência desta recomendação da comissão de acompanhamento; se alguma vez houve alguma averiguação nesse sentido.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não.

O Sr. **Duarte Alves** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Doutor.

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Vamos iniciar a segunda ronda de perguntas.

Antes, porém, tenho o pedido da palavra, da parte do Sr. Deputado Fernando Anastácio, na qualidade de relator, para esclarecimento de uma questão.

Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Obrigado, Sr.^a Presidente.

Sr. Dr. Bernardo Moniz da Maia, há uma dúvida que se me colocou e como tenho esta responsabilidade de fazer o relatório, pedia que me ajudasse a esclarecê-la: tem a convicção de que são devedores ao novo Banco ou não?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Eu transmiti, aqui, na minha intervenção...

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Pessoalmente, tem a convicção de que são devedores ao Novo Banco, ou não?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Nós temos convicção, como disse desde o princípio, de que somos devedores do BES, passámos a ser devedores do Novo Banco e, à data de hoje, somos devedores de um fundo.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — E quando diz «somos», interioriza isso do ponto de vista pessoal ou empresarial do seu grupo de empresas?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Nos dois planos.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — É a resposta do Sr. Doutor, ou é a sua?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, é nos dois planos, pessoal e das empresas.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sr. Doutor, perguntei-lhe, pretendendo fazer aqui uma separação, se era a resposta do Sr. Doutor que o acompanha, ou se é mesmo a sua?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — É da família e minha.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sente-se moralmente responsável por essa dívida?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Obviamente, se foi contraída, moralmente é-se responsável. No entanto, acho que havia formas de resolver o problema, que, por diversas vicissitudes, não foi possível lá chegar ou não tem vindo a ser possível lá chegar.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — E reconhece responsabilidades, também da sua parte, na não possibilidade de chegar a outra solução?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, havia várias possibilidades de lá chegar, não de uma forma imediata de um ano ou dois, mas numa forma de longo prazo.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Muito obrigado, Sr. Doutor.

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Muito obrigada, Sr. Deputado. Sr.^a Deputada Cecília Meireles, tem a palavra.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Muito obrigada, Sr.^a Presidente.

Gostava de continuar exatamente no sítio onde ficou o Sr. Deputado Fernando Anastácio, porque o Sr. Doutor disse-nos, aqui, que várias vezes fez propostas muito superiores para a compra da dívida. E, tanto quanto percebi, aquilo que está a dizer é que ofereceu comprar uma dívida de 500 milhões por 100 milhões, a serem pagos a 15 anos.

A minha pergunta é a seguinte: dado que o universo do seu grupo devia 500 milhões, se já não estava comprometido, neste universo de longo prazo, a pagar não 100, mas 500 milhões de euros.

O que o senhor queria era um *haircut* de 4/5 da dívida. É isso?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, Sr.^a Deputada. O que nós sempre propusemos... E, como eu disse na declaração inicial, havia vários projetos e várias formas de lá chegar. Obviamente, houve uma série de evoluções, que não estavam previstas, a cada momento que se fez as diversas propostas. Portanto, havia possibilidades e condições de poder vir a pagar toda a totalidade da dívida, desde que algumas condições...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Que condições?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — As condições que existissem para isso. E havia projetos e dimensão suficientes para isso. Vários fatores, depois das diversas evoluções, externos e não só, vieram inviabilizar — não é inviabilizar, mas diminuir — essa facilidade que, no nosso entender, víamos com olhos de poder fazer todo esse pagamento integral da dívida.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pois, agora vou fazer as perguntas de forma corrida, porque foi lapso meu.

Mas, olhe, esta dívida existe desde, mais ou menos,...

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Sr.^a Deputada, permita-me que interrompa, mas creio que, pela natureza das respostas, é mais fácil pergunta-resposta, também nesta ronda.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Muito bem, Sr.^a Presidente. É isso que farei e deixo, então, esta consideração para o fim.

Disse-nos que o Novo Banco nunca tentou obter o seu aval. Tenho uma informação de 2015, sobre uma dívida da Sogema Investments, que diz: «Livrança subscrita pela empresa. Vamos tentar obter o aval de Bernardo Ernesto Simões Moniz da Maia.»

Pergunto se é o senhor e se é verdade, ou é mentira, que o Novo Banco tentou obter o seu aval.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Que me recorde, não. Há uma livrança da empresa, sim. O meu aval pessoal, não me recordo.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Então, numa dívida e num financiamento à Euro-Yser, em que também é dito que «vamos tentar obter o aval da administração», sendo um dos administradores o senhor, isto também é falso?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não estou a dizer que é falso. Estou a dizer que «tentar», talvez tenham tentado, mas não...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Então, não foi o Novo Banco que não lhe pediu para dar aval; foi o senhor que se recusou a avalizar a dívida. É que são duas coisas radicalmente diversas.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não me recordo dessa situação, mas...

Não lhe posso responder muito a isso, porque não me recordo dessa situação.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas percebe que é muito diferente dizer que o credor nunca lhe pediu garantias e o senhor se ter recusado a dá-las. São duas coisas completamente diferentes.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não lhe sei responder, não me recordo dessa situação.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É verdade que, em fevereiro de 2019, recusou uma proposta de reestruturação com o reforço das garantias?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr.^a Deputada, isso foi dito já. O que foi recusado foram as condições, não foi dar as garantias. Foram as condições em que teriam de ser dadas as garantias.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E quais eram as condições?

Ou seja, as condições em que tinham de ser dadas as garantias... Não compreendo quais. As garantias eram um penhor, sociedades que tinham imobiliário.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não. Daquilo que me recordo — porque não estive nessa interlocução direta —, era um reforço de garantias e, mais para a frente, seis meses ou sete meses depois, o Fundo de Resolução tomaria uma decisão ou uma posição.

Portanto, o que foi recusado fazer, nesse reforço de garantias, foi reforçar garantias para, depois, não ter a resolução do problema.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas a dívida existia. As garantias...

É que é difícil perceber! Se este património existia, até lhe digo que tenho dificuldade em perceber por que razão o Novo Banco não executou aquilo que tinha, porque já não o tinha perdido na diluição que foi feita.

Vou fazer umas perguntas que têm a ver com afirmações que foram feitas.

Já agora, por que razão o Eng.º Francisco Castelo Branco, em maio de 2019, deixou de ser o interlocutor do grupo Moniz da Maia, junto do Novo Banco?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Porque... Não sei, tem de lhe perguntar a ele, porque, entretanto...

A Sr.ª **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Tenho de perguntar a ele?! Mas quem é que controla o grupo? Não é o senhor?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Ele tomou a decisão de ir trabalhar com outra entidade. Portanto, a decisão de ele sair foi dele.

A Sr.ª **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas o senhor tinha... Ou seja, ele não estava a agir por conta própria. Quando fazia uma proposta ao Novo Banco, era com o seu conhecimento?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Exato.

A Sr.ª **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E com o seu mandato?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Fazia a comunicação, sim.

O objetivo era o de chegar a um acordo global, para ver se, depois, as empresas podiam seguir de uma forma minimamente razoável, para poderem trabalhar e funcionar.

A Sr.ª **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Pode repetir o nome dos acionistas que fizeram o aumento de capital na Euro-Yser, que diluiu, efetivamente, a garantia do Novo Banco?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — O nome do... Era Ricardo Sarga. Acho que é assim que se diz.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Suponho que fosse representante de uma empresa.

E da outra? De uma empresa chamada Meritbenefit?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Benefits...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É a nova acionista da Euro-Yser.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Meritbenefit era uma sociedade constituída para fazer um MBO (*management buyout*).

Segundo a ideia que tenho, quem fez o aumento de capital na Euro-Yser... Ou melhor, quem é o atual dono da sociedade que tem a participação da Euro-Yser é a família Sarga.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O Eng.^o Francisco Castelo Branco tem alguma relação com estes novos acionistas?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Que eu saiba, não.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E o senhor tem alguma relação com estes novos acionistas?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — São conhecidos, mas não tenho relação nenhuma.

O Eng.º Castelo Branco ficou a funcionar nessa empresa e, depois, terá saído. Não sei quais as razões.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Portanto, estas empresas não têm nenhuma relação consigo?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Se houver uma informação do Novo Banco a dizer que, apesar de as empresas do Brasil terem sido vendidas em 2016, o seu grupo disse que seria possível obter garantias dessas empresas, relacionadas com os ativos imobiliários dessas empresas, muitos anos depois disto, isso também seria falso?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não percebi a sua pergunta, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Se houver uma informação do Novo Banco a dizer que o seu grupo disse que era possível obter algumas garantias relacionadas com aquelas empresas, que tinha vendido em fevereiro de 2016, no Brasil, isso é falso? Ou continuava a deter algum controlo sobre estas empresas, mesmo depois de elas terem sido alienadas, em fevereiro de 2016?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não havia controlo. Neste momento, posso adiantar-lhe que não tenho controlo nenhum sobre aquilo.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E nunca, em nenhum momento, desde fevereiro de 2016, em que as alineou, disse que era possível obter alguma garantia relacionada com elas?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — No quadro de negociações, passou a haver incumprimentos, portanto...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não foi isso que perguntei.

Perguntei se, nas negociações, em algum momento, afirmou que era possível obter garantias relacionadas com estas empresas ou com o seu património, mesmo depois de elas já terem sido alienadas.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não lhe consigo agora transmitir isso com a clareza que gostaria.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas o senhor sabe quem comprou estas empresas, em fevereiro de 2016?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sei.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Qual é a sua relação com as entidades que adquiriram estas empresas?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — A pessoa que adquiriu foi um próprio gestor que existia no Brasil.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É um bocadinho difícil acreditar que não se lembra, porque, normalmente, sabemos aquilo que temos e aquilo que não temos.

Normalmente, quando vendemos alguma coisa, deixamos de ter qualquer poder sobre essas empresas. Daí achar um pouco estranho que seja possível para si, anos depois, oferecer garantias relacionadas com empresas com as quais, teoricamente, já não tinha nenhuma relação.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Mas, que me recorde, não foram dadas, anos depois, garantias...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — É isso que lhe estou a perguntar: é se, em algum momento, desde fevereiro de 2016, em alguma negociação com o Novo Banco, terá oferecido garantias relacionadas com estas empresas ou com o seu património.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não tenho ideia disso.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não tem ideia, não tem ideia de lhe ter sido pedido o aval... Não tem nenhuma ideia de nada, nenhuma recordação de nada destas coisas.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sobre o Brasil? Sobre estas...
A única coisa do Brasil que sei é da parte da Ybase.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E desde que alienou estas empresas, em fevereiro de 2016, não teve nenhuma relação com elas?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não. Não tenho relação nenhuma com ela.

Existe um potencial contrato de recompra, mas não tenho qualquer controlo nelas.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — É uma venda a retro?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Desculpe, não entendi, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Perguntou se é uma venda a retro.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, não.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Estamos a falar de empresas que foram vendidas ao seu gestor da altura com a opção de recompra para o grupo Moniz da Maia. É disto que estamos a falar?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Exatamente.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E tem a certeza de que nunca, em nenhum momento, desde fevereiro de 2016 até agora, ofereceu, no processo de nenhuma negociação, alguma garantia que tenha alguma relação ou com essas empresas, ou com o seu património?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não estou a perceber a pergunta, nem a questão.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — A pergunta é muito óbvia: é a de saber se tinha algum poder ou algum controlo sobre estas empresas...

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, não tenho.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — ... e se esta venda foi verdadeira ou foi simulada.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, não tenho.

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Sr.^a Deputada, pode concluir o seu raciocínio, por favor?

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Posso, sim, Sr.^a Presidente. Acho que já todos percebemos.

Diga-me uma coisa: houve autorização prévia do credor penhoratício, quando fez o aumento de capital na Euro-Yser?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não percebi bem a pergunta.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Eu explico: perguntei se o Novo Banco autorizou o aumento de capital que fez com que a garantia que tinha, o penhor que tinha sobre as ações da Euro-Yser tenham perdido completamente o valor.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não lhe posso confirmar isso, neste momento.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Mas teve autorização ou não teve. É uma pergunta...

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não me lembro, para lhe dar essa resposta.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não se lembra se perguntou ao Novo Banco se podia, basicamente, rebentar com a única garantia que lhe restava de uma dívida de 350 milhões de euros?!

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Como foi transmitido, foi com o objetivo de poder manter a empresa, senão, a empresa ia à falência.

Agora, os detalhes disso... Não acompanhei esses detalhes, não consigo recordar-me.

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Sr. Deputado Eduardo Barroco de Melo, faça favor.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Dr. Moniz da Maia, tenho de lhe fazer uma pergunta genérica, mas, de facto, acho que era preciso perceber melhor quais eram as suas funções no grupo Moniz da Maia.

Que tipo de coisas acompanhava, no dia a dia?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — A parte estratégica. A parte operacional não era...

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Presumo que, dentro da parte estratégica, este tipo de opções — como, por exemplo, aquelas de que estava a falar a Sr.^a Deputada Cecília Meireles, sobre aumentos de capital de empresas detidas pelo grupo Moniz da Maia — passassem por si.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — As decisões eram... O aumento de capital, obviamente, foi... Teve de se abdicar do aumento de capital.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Não foi isso que lhe perguntei.

Perguntei-lhe se a decisão do aumento de capital dessas empresas era sua, não era sua, ou de quem era.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Era o quê, desculpe?

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — A decisão sobre o aumento de capital dessas empresas era sua, ou era de quem?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — A decisão do aumento de capital foi uma decisão que apareceu para salvar as empresas, que foi proposta.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Sim, percebo que «apareceu», mas não deve ter vindo do ar, certamente.

A responsabilidade não foi minha, certamente. Portanto, há de ter sido de alguém. Há de haver alguém, dentro do grupo Moniz da Maia, que tenha a responsabilidade de olhar para as suas empresas e dizer assim: «Precisamos de aumentar...» Aliás, utilizando a resposta que deu: «Se não fizermos o aumento do capital, a empresa vai à falência.» Alguém tem de tomar essa decisão.

Quem é que toma essa decisão?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Foi a empresa que participava na...

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Desculpe, mas a empresa não toma decisões. Quanto muito, os órgãos das empresas tomam decisões.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Os órgãos da empresa, exatamente.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Quem eram os órgãos da empresa, então? Quem é que tem essa responsabilidade?

É uma pergunta simples, não tem rasteira!

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Para haver o aumento de capital, o acionista teve de abdicar do aumento de capital.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Quem é o acionista?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — O acionista é a família Moniz da Maia, mas posso ser eu.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — E como é que o acionista, nesse caso, que é a família, toma essa decisão?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Foi decidido aceitar o aumento de capital.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Ó Dr. Moniz da Maia, devo dizer-lhe que das duas, uma: ou o senhor tem muito azar e aconteceram-lhe

uma série de coisas na vida que não consegue explicar ou então está a querer enganar-nos. Só há duas hipóteses.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Só há uma!

Risos.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — É que eu não consigo perceber qual é a dificuldade de responder a esta pergunta.

Quero uma resposta objetiva, é simples: quem é que toma a decisão sobre o aumento de capital nestas empresas?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Foi decisão minha e do conselho de administração.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Finalmente. Estava difícil.

Então, diga-me uma coisa: depois de tomar essa decisão, ocorreu-lhe ou não que tinha de notificar o Novo Banco sobre essa vontade?

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Não, antes.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — A minha questão nem é o momento, mas se notificou ou não notificou, ou se acompanhou esse processo. E, se não acompanhou, quem é que foi o interlocutor com o Novo Banco?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não me recordo quem foram os interlocutores com o Novo Banco. Como já disse, eu tive poucas

interlocuções diretas com o Novo Banco, portanto era através da equipa que tinha a interlocução com o Novo Banco.

Se foi ou não foi antes, depois, isso agora não posso precisar exatamente.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Seja quem for a equipa, presumo que, numa decisão desta importância, lhe dessem nota disso...

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sim.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Portanto, sabe responder-nos se houve ou não autorização do Novo Banco para esses aumentos de capital.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não lhe sei responder com precisão se chegaram a informar, se não chegaram a informar, e se houve autorização. Não me recordo... É muita documentação.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — É muita documentação, eu compreendo. Eu compreendo... Olhe, enfim...

A minha questão aqui é relativamente simples. Há bocado o Sr. Deputado Cotrim de Figueiredo perguntou-lhe isso, eu também, a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, a Sr.^a Deputada Cecília Meireles também e a quase todos respondeu... Aliás, a mim respondeu-me de outra maneira, disse que achava que não havia qualquer tipo de afetação do valor desse penhor pelo facto de haver aumento de capital, o que é falso, obviamente, porque diluía o valor das ações e, portanto, diluía também aquilo que o Novo Banco podia ir buscar em penhor dessas ações.

É fácil de perceber que não há circunstância nenhuma em que um aumento de capital, mesmo que se possa justificar com a dissolução ou com a insolvência dessas empresas — sem autorização do Novo Banco, ou mesmo com autorização do Novo Banco —, não fosse levar sempre ao mesmo desfecho, que era uma diluição dessa participação. Certo?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — O valor do Novo Banco mantém-se igual, porque o...

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Mantém-se o valor da dívida, mas o valor da garantia não, como é óbvio.

Uma coisa é o valor da dívida: deve um determinado montante e continua a dever esse determinado montante mais, obviamente, o valor dos juros — isso é uma coisa; outra coisa é o valor da garantia, que é dada sobre o pagamento desse empréstimo, e o valor dessa garantia altera-se, obviamente, se diluir a participação.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não. A garantia é o valor nominal da participação.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Dr. Moniz da Maia, há bocado disse que não percebia nada de banca e eu disse-lhe que também não percebia, mas até eu consigo perceber isto e não tenho a sua responsabilidade.

Portanto, imagino que consiga perceber que o valor da dívida é uma coisa e o valor que dá de garantia é outra, e que se dilui se aumenta o capital, diminui o valor das ações, e, portanto, diminui o valor que está garantido.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Há uma diminuição relativa, mas o valor do garantido mantém-se.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível registar as palavras da Oradora.*

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Está a fazer de nós parvos! Esta Comissão merece um pouco mais de respeito!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível registar as palavras da Oradora.*

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Peço que não haja diálogo cruzado.

Sr. Deputado Eduardo Barroco de Melo, tem a palavra.

O Sr. **Eduardo Barroco de Melo** (PS): — Dr. Moniz da Maia, não quero arrastar isto, porque de facto, parece-me que não vai sair da sua resposta habitual.

Mas queria tentar explicar-lhe aquilo que nós conseguimos ver, nós não só aqui nesta Comissão mas também qualquer pessoa que consiga ouvir esta Comissão.

O Dr. Moniz da Maia não estava, de facto, habituado a trabalhar com bancos e, quando trabalhava com bancos, não estava habituado a dar garantias sobre os empréstimos que pedia.

Além disso, tinha uma facilidade na concessão de crédito que mais ninguém tinha; conseguiu endividar-se em mais de 350 milhões de euros com um conjunto de ações que desvalorizaram e, em cima disso, conseguiu

um novo crédito para um investimento no Brasil sobre o qual não conseguimos perceber ainda exatamente o que é que aconteceu.

Pior do que isso, percebendo que, eventualmente, ia ficar sem esses ativos, aquilo que conseguimos concluir nesta Comissão de Inquérito é que simulou uma venda, sobre a qual, na verdade, continuava a deter esses ativos... Há pouco disse que isso foi comprado por um dos administradores de uma das empresas no Brasil, ainda não percebi e queria perceber quem era.

E, para rematar, disse-nos — aliás, na intervenção inicial —, depois deste processo todo em que culpou toda a gente, desde o Lehman Brothers à má publicidade, que só houve uma pessoa, individual ou coletiva, que não teve responsabilidade, que foi o grupo Moniz da Maia. No meio deste processo todo só o grupo Moniz da Maia é que não teve responsabilidades.

Pior: chegamos ao fim e apercebemo-nos de que o Novo Banco, apesar de ter atuado tarde e más horas para tentar cobrar este valor de dívida, tentou duas vezes um plano de pagamento desta dívida, em que, em primeiro lugar, o grupo Moniz da Maia rejeitou as garantias que eram pedidas e em que, em segundo lugar, atuou de má-fé, tentando diluir a participação e, portanto, diminuindo o valor da garantia sobre o crédito.

Ainda não percebi, porque não consegui explicar, se, de facto, tentou ou não comprar a sua própria dívida a um valor muito mais baixo, o que seria, quando mais não fosse, um deslante — quando mais não fosse um deslante!

Portanto, aquilo que gostava de perceber é se, no meio deste processo todo o grupo Moniz da Maia tem atuado de boa-fé — e desculpe, mas não é possível dizermos que sim quando tudo termina com uma série de processos judiciais, quer em Portugal quer no Brasil, inclusive agora com uma insolvência que diz que não conhece, mas cujo edital, do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, na verdade, até já é público, de dia 22 de abril, e abre

um incidente de qualificação de insolvência exatamente por causa da atuação do grupo Moniz da Maia nas suas empresas, neste caso, na Totalpart.

Gostava de fazer — só para rematar, como já não vai responder a mais nada —, uma pergunta genérica, para lhe dar oportunidade de dizer aquilo que achar: o Grupo Moniz da Maia assume ou não assume que, durante este processo todo, não só não tinha os seus créditos garantidos como, sucessivamente, atuou de má-fé para evitar o pagamento desses créditos?

É que é a única conclusão que podemos tirar deste processo.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — O grupo Moniz da Maia nunca atuou de má-fé nem nunca foi essa a sua postura. Sempre pretendeu encontrar as soluções para cumprir com as suas obrigações na sua totalidade.

Esse sempre foi o objetivo, como foi transmitido na declaração, e continua a ser, porque somos devedores do novo detentor do crédito. Portanto, nada disso foi de má-fé, antes pelo contrário; foi de muito boa-fé e com várias tentativas. Ao longo de muito tempo, foi tentado encontrar a solução para resolver a situação em que a dívida viesse a ser paga. Obviamente não havia capacidade para a pagar numa vez só, mas que houvesse as diversas condições para poder pagar essa dívida.

O tempo foi passando, foi-se acumulando, poucas respostas, veio a dificultar e a criar situações muitíssimo mais complicadas do que aquelas que no momento em que conseguiram ser feitas. E, portanto, a certa altura, ficámos peados, como se costuma dizer.

Portanto, a interpretação que possam tirar... E peço desculpa há pouco houve um Sr. Deputado que disse eu estava a ter pouca consideração, mas eu tenho a maior consideração por esta Comissão; posso, às vezes, explicar-me mal ou, por vezes não entender, porque, na realidade isto aqui «não é a minha praia» e, portanto, não conheço bem. Peço desculpa a todos, à Sr.^a

Presidente e a todos os Deputados aqui presentes se houve algum entendimento dessa forma.

Portanto, a ideia sempre foi de fazer e cumprir com as obrigações que se têm, dentro daquilo que, a cada momento, a evolução das situações permitiria.

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mónica Quintela.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Sr.^a Presidente, cumprimento as Sr.^{as} e os Srs. Deputados, cumprimento o Sr. Dr. Moniz da Maia e o Sr. Dr....

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Dr. Ricardo Afonso.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — ... Ricardo Afonso.

Ouvi-o com muita atenção e não consegui deixar de dar aqui alguns saltos.

Mas a minha primeira pergunta é: o que é que o Sr. Doutor faz? Qual é a sua profissão? Qual é a função que exerce, neste momento?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Neste momento, tenho as funções de administrador.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Administrador de quê?

Peço-lhe que não dê respostas desse género, senão vamos estar aqui num pingue-pongue em que o senhor diz «administrador» e eu lhe pergunto «de quê». Está bem? É administrador de quê e quanto é que auferes por essa administração?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Administrador de algumas sociedades... das sociedades da família que, neste momento, são basicamente poucas operacionais.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Quais são as sociedades?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Neste momento sou administrador da Imo-Mague, da Yser SGPS — que agora tem outro nome —, era da Totalpart, mas já não mais pela insolvência dela... Não me recordo de mais...

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Não quero acreditar que o Sr. Doutor não saiba o nome das empresas que administra!...

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Eu julgo que só é isso... E sou gerente de uma outra sociedade em rede... Da Sogema, sim, da Sogema também...

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Muito bem. E quanto é que auferes dessas sociedades?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Só aufero de uma sociedade, 3000 e poucos euros, julgo eu.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Sr. Doutor, que património tem em seu nome pessoal?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Em meu nome pessoal não tenho património nenhum especial... Talvez um carro que está em *leasing*.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Tem um carro que nem sequer está em seu nome, está em *leasing*? Deve um carro ao banco?

Há bocado, no início, referiu que devia, sensivelmente, 550 000 €...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Milhões!

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — ... devia 550 milhões de euros ao Novo Banco. Destes milhões, quanto é o Sr. Doutor se obrigou pessoalmente?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Eu, pessoalmente, não tive avais.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Há pouco já referiu. Nunca lhe foi pedido nenhum aval?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr.^a Deputada, de que me recorde, avais pessoais nunca me foram pedidos pela parte da estrutura do Novo Banco.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Alguma vez foi pessoalmente executado?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Peço desculpa?

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Alguma vez foi pessoalmente executado? Executaram-lhe algum aval pessoal ou alguma fiança que tenha prestado?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Até ao momento, não.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Quanto é que, pessoalmente, o senhor deve?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Quanto é que eu pessoalmente devo?

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Quais são as dívidas pessoais que o senhor tem?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — As minhas pessoais?

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Quais são as suas obrigações pessoais?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Dois *leasings* de um carro e o meu cartão de crédito. E tenho um aval, que foi dado ao Banco Comercial Português.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Para pagar a garantia *on first demand* do BCP teve de pagar a dívida ao USB?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não. Não.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Outra dívida que tem ao BCP, então?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Um aval sobre um valor de uma outra dívida de uma outra sociedade.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — O Sr. Doutor esteve sempre nesta situação de penúria patrimonial pessoal? Nunca teve património em seu nome?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Tirando as participações societárias...

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — E que aconteceu às participações societárias?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — A participação societária que nós temos é na Sogema Investments.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Quando o senhor diz «nós» refere-se a quem?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Eu, pessoalmente, e a família.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Isso da família é um termo muito vasto, parece que estamos a falar num *capo di tutti capi*, não é? Quando se refere a isso está a falar de ações?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Eu, pessoalmente, tenho... Tinha... Tenho ações da Sogema Investments e ações... Pessoalmente julgo que não tinha... talvez... Da Euro-Yser, julgo que não tinha nenhuma, da Klón, que é uma empresa de laboratórios... talvez tivesse pessoal... Não, da

Klón não tenho... Acho que, basicamente, era da Euro-Yser. Alguma em nome pessoal.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Sr. Doutor, as pessoas que foram ao aumento do capital social funcionaram como suas testas-de-ferro?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Estão a funcionar como testas-de-ferro da família Moniz da Maia para adquirir, por trás, a salvaguarda do património que, por aquilo que, aparentemente, nos é dado ver — e pelo acervo da documentação que foi junta a esta Comissão —, restam poucas dúvidas de que foi devidamente acautelado o seu destino?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não são testas-de-ferro.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Quem são essas pessoas?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Quem são essas pessoas?

O Dr. Ricardo Sarga, o Dr. Pedro Teixeira de Melo...

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Qual é a relação pessoal que o Sr. Doutor tem com eles?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Conhecidos.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Porque é que os deixou entrar no capital social de uma sociedade familiar?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Porque não tivemos alternativa, porque senão as empresas iam abaixo e a única forma era envolve-los, porque as empresas tinham diversas obrigações.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Qual foi o problema que teve no Brasil para ser mandado expedir um mandado de captura? Prende-se com alguma alienação de património?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não. Não sei se, enfim...

A situação do Brasil é muito simples de explicar: era para ser feito um laboratório de investigação e desenvolvimento biovegetal, ligado a toda a atividade florestal que se tinha; foi-se convidado por vários estados para isso ser implementado; deram um pequeno apoio para implementar o laboratório; depois houve uma delação premiada e daí terem aparecido as notícias que apareceram. Nunca fui notificado, nunca fui, enfim, ainda hoje pouco sei o porquê da situação, mas, efetivamente, desde o dia em que apareceu a situação — que foi dia 30 de maio, que julgo que também já terei transmitido aqui — no dia 15 de junho os advogados que tive de arranjar para a situação no Brasil entraram em contacto com o tribunal, com o juiz, enfim, com as diversas pessoas, deram o meu paradeiro e, portanto, ainda hoje estou para perceber porque é que, na realidade, me apareceu a situação da Interpol, porque não existia fuga nenhuma nem existia nada.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Duarte Alves.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Muito bem.

Há bocado o Sr. Doutor referiu que havia uma opção de compra relativamente às empresas que tinha vendido.

No Brasil pergunto que contrato de opção de compra foi esse. Já perguntei se foi uma venda a retro. Qual é a opção de compra, por parte da família Moniz da Maia?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não é uma operação a retro, foi uma operação de venda em que, posteriormente, ficou um direito de opção de recompra durante um período de tempo — 5 anos.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — E isso não é uma venda a retro? Quando se faz uma venda com uma opção de compra no fim de 5 anos, pode-se chamar venda a retro.

Qual é o valor que foi dado para retroagir a venda? Qual é o valor que está no contrato?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — O valor que está no contrato... Eu não me recordo bem dos valores em reais... Não me lembro exatamente de qual é o valor, concretamente. Sei que vendemos, na altura, por 60 milhões de reais, mas que metade deles não foram pagos.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — E a opção de recompra é por quanto?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — A opção de recompra não me recordo, pessoalmente, sobre esse valor.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Não se recorda?!

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não. Não tenho de cabeça, porque é...

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — É por mais? É por menos? Qual é o montante?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Eu posso enviar-lhe os contratos...

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Requeiro, sim senhor, que envie para a Comissão esses contratos.

Qual é o controlo...

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sobre esse assunto, se me der licença, Sr.^a Deputada, o que lhe posso dizer é que já me estão a pedir 15 milhões de euros pela recompra dessas coisas... dessa coisa. Mas no contrato não sei quanto é que é, de todo.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Sr. Doutor, explique-nos lá: a família vendeu, porquê a necessidade de fazer um contrato com opção de venda?

Nós sabemos que isto são as chamadas engenharias jurídicas que se fazem quando se quer pôr o património salvaguardado. Em bom português: quando se quer pôr o património «ao fresco», faz-se este tipo de coisas para depois se ir salvaguardar. É como as procurações irrevogáveis, como todos estes instrumentos jurídicos que nós tão bem conhecemos.

Pergunto: o que é que esteve por trás do contrato de recompra de um ativo que, objetivamente, alienou?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Por causa da situação do Brasil.

Por causa da situação que foi criada e que apareceu no Brasil, no sentido de as empresas poderem continuar e seguirem a sua viagem. E, havendo possibilidade, mais tarde, se corresse tudo bem, de recomprar.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Porque é que não as manteve em seu nome, em nome da família?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Porque no Brasil, de acordo... Em função do que aconteceu no Brasil, as empresas não tinham acesso a nada. E foi vendido para poderem continuar 1200 ou 1100 pessoas a trabalhar lá, numa atividade relativamente grande lá... Portanto, se não fosse vendida, os bancos... — e, digamos, o resto —, não era possível manter a operação daquilo.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Ou seja, vendeu no Brasil para fugir aos credores, porque não houve, na situação do Brasil, nenhum confisco?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, não, não. Não tem que ver com credores, tem que ver com a própria máquina de funcionamento e a operacionalidade das empresas, porque elas, basicamente, eram exportadoras e os bancos, aí, fecharam as portas a toda essa situação. E, portanto, foi vendida e depois, pronto... Ou teria sido exercida uma...

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Portanto, o senhor assegurou-se com a possibilidade de, dentro de 5 anos, poder outra vez passar as empresas para o nome da família. Estou esclarecida.

Relativamente ao incidente «qualificação da insolvência», sabemos que os processos de insolvência são processos de jurisdição de direito

comercial, não estão em segredo de justiça, portanto, o advogado que o acompanha — ou o advogado constituído nesses autos — tem acesso a tudo. Pergunto-lhe: quais são os fundamentos alegados para qualificar o incidente como insolvência dolosa?

O Dr. **Ricardo Afonso** (advogado do Dr. Bernardo Moniz da Maia): Não fomos notificados. Pura e simplesmente não fomos notificados.

Posso facultar o acesso... Tivemos conhecimento pela imprensa, mas não temos no processo nenhuma citação. O Sr. Bernardo Moniz da Maia não foi citado.

Julgo que pode ter sido aberto um incidente de qualificação, eventualmente para prestação de parecer da Sr.^a Administradora de Insolvência e só na sequência desse procedimento é que o Sr. Bernardo Moniz da Maia ou os potenciais afetados, indicados como afetados, serão notificados.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Qual foi a data da declaração de insolvência?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — 10 de julho, acredito. Por volta dessa altura.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — De 2020?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — De 2020.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Quem escolheu a Sr.^a Administradora de Insolvência?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não tenho conhecimento.

O Dr. **Ricardo Afonso**: — Foi aleatório, foi nomeada pelo tribunal. A insolvência foi recolhida...

O Sr. **Presidente** (Duarte Alves): — Peço desculpa, se vai responder pedia-lhe que falasse ao microfone, só para ficar registado.

O Dr. **Ricardo Afonso**: — A Administradora de Insolvência foi nomeada aleatoriamente pelo tribunal. Aliás, o requerimento da insolvência foi feito pelo Novo Banco. A Totalpart não teve nenhuma intervenção nisso.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Muito bem.

Sr. Doutor, há pouco, perguntei-lhe sobre qual o património que tem e agora pergunto-lhe se também tem património no estrangeiro. Pergunto-lhe, em concreto, se tem património no estrangeiro, contas bancárias em *offshore* ou quaisquer participações sociais em nome de terceiros.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não tenho nada em nome de terceiros.

Existe alguma pequena conta lá fora, que está arrestada pela justiça brasileira.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Onde é que é essa conta?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Na Suíça.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Tem algum património, por interposta pessoa, em nome de familiares — filhos...?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Qual é o seu estado civil?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Divorciado.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Divorciado, mas vive com a sua mulher, que consigo corre nos *rallies*?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, já está muito atrasada nisso. Peço desculpa, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Tem algum património em nome de qualquer pessoa com quem viva?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não.

O Sr. **Presidente** (Duarte Alves): — Peço-lhe que conclua, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Uma última questão relativamente à qual fiquei com curiosidade: dos vários empréstimos que lhe foram sendo concedidos, os mútuos, por parte do BES, em que houve períodos em que teve carências de capital ou de carência de juros e mesmo nas reestruturações, que taxas de juro lhe foram sendo aplicadas, foi-lhe aplicado algum *spread* e qual a taxa de *spread*?

Retroagindo a exposição do grupo Moniz da Maia ao BES, que vem de 2002, com 15 milhões, depois aumenta, substancialmente, em 2007, no

âmbito da compra das ações do BCP, pergunto que taxas de juro lhe foram aplicadas, e já sabemos que não lhe foram pedidas nenhuma garantias.

Pergunto-lhe ainda: nessa data, tinha algum património pessoal, algum imobiliário, alguma coisa, ou só tinha participações sociais em seu nome?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Em que data, peço desculpa, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Desde 2002, 2007, data dos empréstimos que foi contraindo, no BCP, no BES, pelos vários bancos onde foi pedindo dinheiro.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não tinha património.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Nunca teve património pessoal?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Pessoal...

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Extraordinário!

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Dentro de sociedades, algumas, sim.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Quais eram as taxas de juro com que os bancos lhe emprestavam dinheiro e os *spreads* que lhe foram aplicados?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr.^a Deputada, não me consigo recordar dos *spreads* todos, mas eram, normalmente, os *spreads* de mercado e as taxas de mercado.

Entretanto, reassumiu a presidência a Vice-Presidente Isabel Oneto.

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Sr.^a Deputada, peço-lhe que conclua o seu raciocínio.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Vou concluir, obrigada, Sr.^a Presidente.

Há pouco fiquei com uma dúvida, porque referiu que a família Espírito Santo, a título, enfim, quase de cortesia, tinha o hábito de convidar administradores, quase a título honorário, ou honorífico, para fazer parte do conselho de administração ESI.

Tenho aqui a composição do conselho e, fora da família, além do senhor estavam os Mosqueiras do Amaral, Mário e Pedro; Rui Patrício; Aníbal de Oliveira e Patrick Monteiro de Barros.

Entende que todos eles estavam a título de cortesia e era essa a influência que tinham na ESI? Que influência é que tinha na ESI e que de que forma ter feito parte deste conselho de administração contribuiu para que lhe tivessem sido concedidos os créditos da forma como foram.

Obrigada pela tolerância, Sr. Presidente. Concluí as questões.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr.^a Deputada, como disse, sobre esse conselho... Estava a falar-me da ESI. Esse foi um conselho que reunia uma vez por ano, de modo informal, como já transmiti há pouco. Portanto, não tem qualquer relação entre uma situação e a outra.

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Obrigada, Dr. Moniz da Maia.
Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Dr. Moniz da Maia, acho que o seu azar é que truques como os seus esta Comissão já viu alguns, o que nos faz ter um bocadinho de conhecimento do tipo de operações que nos trouxe aqui e das suas consequências.

Em 2016, teve problemas com as suas operações no Brasil, vendeu as empresas e os ativos com uma promessa de recompra mais à frente. Entretanto, há garantias de que eles não são penhorados, apesar de o Novo Banco ter escrito num parecer que o Dr. Moniz da Maia ou o seu grupo terá dito ao Novo Banco que ainda seriam passíveis de serem penhorados, mesmo já não pertencendo ao grupo, mas com o acordo de recompra.

Em 2019, quando o Novo Banco ia penhorar a Euro-Yser, aumentam o capital para diluir a posição do Novo Banco.

Há uma outra empresa, pelo menos, em que foi feito um aumento de capital, que é a GPMG, que detém as participações nas sociedades imobiliárias, nomeadamente as da Aroeira, Mata do Duque-1 e Mata do Duque-2.

Há pouco disse que este aumento de capital foi feito muito recentemente, pelo que gostaria que confirmasse. Na altura, disse que não, que não era assim, mas não tivemos tempo de desenvolver essa questão. Quando é que foi feito este aumento de capital da *holding* detentora dos ativos imobiliários?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Julgo que foi em março de 2019.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, na mesma altura do aumento de capital da Euro-Yser e logo a seguir ao acordo de reestruturação não ter sido viabilizado com o Novo Banco. Ou seja, não há um acordo de reestruturação com o Novo Banco, o grupo recusa-se a dar penhor das sociedades imobiliárias ao Novo Banco nas condições que o Novo Banco propõe e faz um aumento de capital para diluir a posição do Novo Banco.

Também nos disse, há pouco, que é administrador de uma sociedade chamada Imo-Mague. Confirma?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E quem é que é o seu sócio? Ou melhor, a Imo-Mague tem 10% da Douro Royal, que é uma outra empresa. Quem é o seu sócio na Douro Royal?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — O meu sócio na Douro Royal, que tem 10%, é uma empresa do Douro... É o Dr. Teixeira de Melo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O mesmo Dr. Teixeira de Melo que fez o aumento de capital na empresa GPMG, para diluir o Novo Banco.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Fez um aumento, mas não foi para diluir o Novo Banco.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, vamos retirar essa conclusão, que é minha, desta Comissão e de qualquer pessoa que a veja: este seu sócio na Douro Royal é a mesma pessoa que fez o aumento de capital na *holding* que tem as sociedades imobiliárias?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — O sócio da Royal? Exatamente, é a mesma pessoa.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E também é a mesma pessoa que é seu sócio numa empresa chamada AFS 2?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E é sócio da sua família, nomeadamente, de Maria da Graça Moniz da Maia e Mariana Moniz da Maia, numa outra empresa chamada Always in Rotation?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Always in Rotation?... É possível...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Através de uma empresa chamada Panorama Inventivo.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Panorama Inventivo... A certa altura, os nomes, para ser sincero, estou baralhado...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Estou a pedir-lhe para confirmar, mas, na verdade, a informação é oficial. Portanto, no fundo, estou a dizer-lhe que é assim!

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, a ideia de que o Dr. Pedro Teixeira de Melo, que fez o aumento de capital, é apenas um

conhecido é uma ideia um bocadinho distante da realidade, não é? É seu sócio!

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — É parceiro em vários negócios, sim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E falou com ele do aumento de capital nesta empresa.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sim, ele foi o investidor que fez o aumento de capital.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigada.

Houve alguma outra empresa na qual tenha havido um aumento de capital, para além da GPMG, da Euro-Yser e da empresa que agora se chama PINOGUM e que se chamava Goodryser?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Nestes dois empreendimentos que tem com o Dr. Pedro Teixeira de Melo, o novo acionista das sociedades imobiliárias tem essa sociedade detida através de uma sociedade chamada Roqueville.

Há pouco disse que não tinha mais património. Esta sociedade está registada nas Ilhas Virgens Britânicas. Confirma?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Hum...!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Tem outras sociedades registadas em jurisdições *offshore*?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não tenho a certeza disso, para ser sincero, porque têm uma fundação por trás. Por trás, quer dizer, foi criada uma fundação.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Há uma fundação? Não percebo se se está a referir à fundação de estrutura ou fundação de figura jurídica.

Há uma fundação por trás da Roqueville, é isso?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Diga-me só qual é o nome desta fundação.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Agora de cor, não me lembro!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Lembra-se, lembra-se, peço desculpa!

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não me lembro. Qualquer coisa «forma», e não sei quê...

Risos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Dr. Moniz da Maia, estamos quase no fim da nossa audição, mas eu garanto-lhe que não saio desta sala enquanto não nos disser o nome dessa fundação.

O Sr. Dr. **Ricardo Afonso**: — Nós mandamos isso de seguida...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É que nós perguntamos e vamos descobrindo mais coisas.

A Sr.^a **Mónica Quintela** (PSD): — Desconsideração da personalidade jurídica!

O Sr. Dr. **Ricardo Afonso**: — Será fácil obter a informação, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, vamos falar da fundação. Quem é a administração dessa fundação?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Isso, não lhe sei dizer os nomes... Posso também enviar os nomes.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A fundação é dona da Roqueville. É isso?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — A fundação... A fundação, julgo, tem uma parte da Roqueville ou da Sogema Investment. Já não sei.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Vamos lá ver, o Doutor é administrador da Roqueville.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É dono da Roqueville.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Posso ser beneficiário económico...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pode ser beneficiário económico da Roqueville, através da fundação.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não tenho presente a estrutura disso tudo, neste momento.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Vamos lá ver: a quantas fundações é que está ligado?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Uma!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Uma, que é esta fundação de que não sabe o nome?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Eu sei o nome, mas agora assim, de repente, não me lembro. Sei que é «forma» qualquer coisa, mas não...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Esta fundação tem uma empresa chamada Roqueville, sedeadada nas Ilhas Virgens Britânicas.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pronto, da qual o senhor é beneficiário.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Somos vários... Sim, sou.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Da qual a sua família é beneficiária.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Peço desculpa?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Da qual a sua família é beneficiária.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E a sociedade Skinners Finance, no Panamá, também pertence a essa fundação ou é outra?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Skinners Finance?... Não me recordo. Mas tem uma fundação também por trás.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E é a mesma fundação ou é outra fundação?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Isso agora já não me lembro... É capaz de ser outra fundação. Não tenho a certeza agora de como é que...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Acabou de me dizer que só estava ligado a uma fundação. Afinal há outra empresa. Esta empresa detém uma empresa chamada Staywell, que, por acaso, era devedora ao Novo Banco. Entretanto, já foi liquidada a dívida. Mas acabou de me dizer que só tinha uma fundação e afinal há duas fundações.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não. Devedora ao Novo Banco, não. Ela pagou tudo ao Novo Banco.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Lembra-se que pagou, mas não se lembra qual é a fundação que é dona da sociedade *offshore* que é dona da empresa.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, os nomes não me recordo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Eu acho que se recorda e acho que tem de nos dizer quantas fundações é que existem ligadas à sua família.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Ligada à minha família existe uma, ligada à Staywell é que existe outra.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E a quem é que está ligada essa outra fundação?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — A mim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, está ligado a duas fundações: uma da sua família e a outra a si, pessoalmente.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Certo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sabe-me dizer qual é o nome da sua fundação?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — São dois nomes parecidos, por isso não me recordo nem de um nem do outro.... Mas eu arranjo-lhe o nome da fundação.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Agradeço que envie.

E onde é que estão sedeadas essas fundações?

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Sr.^a Deputada, dá-me licença? Permita-me que interrompa.

Doutor, vejo-me obrigada a recordar que estamos numa Comissão de Inquérito e que se rege pelas regras do Processo Penal, em que não há juramento, mas onde é obrigado a responder com verdade.

Neste ponto, vejo-me obrigada a recordar-lhe estas regras pelas quais se rege a presente Comissão de Inquérito.

Pode continuar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Onde é que estão registadas as fundações?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Julgo que no Panamá.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, tem duas fundações no Panamá. Sabe-me dizer qual é o património associado a estas fundações?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — São sociedades participadas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, a fundação no Panamá há de ser dona da Sogema Investments Limited?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — A Sogema Investments tem uma determinada participação. Não, julgo que quem tem uma participação na Sogema... Sim, tem uma determinada participação na Sogema Investments.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Muito bem. Tem uma participação na Sogema Investments, tem uma participação na Roqueville, que foi constituída através da empresa Mossack Fonseca, nas Ilhas Virgens Britânicas.

Quantos mais veículos *offshore* é que esta fundação detém?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Mais nenhuns. Essa fundação tem esses veículos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Das duas fundações ou de todas as fundações que existem, mas de que o Doutor não se lembra — vai-se lembrar, eventualmente —, quantos veículos *offshore* estão sob sua tutela, domínio ou do qual é beneficiário último ou beneficiário económico? Quantas sociedades *offshore* existem das quais possa vir a beneficiar?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Já lhe posso dar informação de uma. Como é que é? «Forma» e...?

O Sr. Dr. **Ricardo Afonso**: — Forma e Pastoral Foundation.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Forma e Pastoral Foundation.

Risos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Forma e Pastoral?!

Risos.

Bom, temos uma fundação chamada Forma e Pastoral Foundation, que não sei se é da família ou diretamente do Dr. Moniz da Maia, e, debaixo destas fundações, há, pelo menos, duas sociedades, que eu conheça: a Skinners Finance, no Panamá, e a Roqueville, nas Ilhas Virgens Britânicas.

O Sr. Dr. **Ricardo Afonso**: — Já agora, o nome da outra, se me permite.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Diga, diga.

O Sr. Dr. **Ricardo Afonso**: — Skinners, Fundação Somabenz.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pronto. Então, existe uma Skinners fundação, no Panamá, existe uma Pastoral fundação, também no Panamá e, pelo menos, sabemos que a Roqueville pertence a esta fundação.

O que quero saber é que outras empresas pertencem a estas fundações e de que outras empresas é o beneficiário último.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Há essas duas fundações. Uma delas tem a Skinners e a outra tem a Roqueville, que mencionou.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E qual é o património total que está associado a estas fundações?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — É o património das participações.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Além do património... É que «participações» é uma coisa muito vasta. Participações, há aquelas participações que não valem nada, do Novo Banco, e pode haver participações com valor.

Portanto, estou-lhe a perguntar qual é o património associado a essas fundações.

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Basicamente é zero, dentro daquilo que conhece. Fora disso, não existe mais nada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, além da Roqueville e das empresas que nós conhecemos, que estão no organigrama da Sogema — Euro-Yser, Yser SGPS, Sogema Investments Limited, Totalpart, Sogema SGPS, Mague —, além disto e da Roqueville, não tem mais qualquer participação nessas fundações?

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Não, existe a Klón e a YG.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Gostaria de saber se nos envia um relatório completo do património associado a essas fundações e de todos os veículos *offshore* a elas associados.

O Sr. Dr. **Ricardo Afonso**: — Muito bem.

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, não sei se mais alguém tem alguma questão, atendendo à dificuldade.

Pausa.

Não havendo mais perguntas, dou por terminada esta audição.

Confesso que houve poucos esclarecimentos relativamente ao que era...

O Sr. Dr. **Bernardo Moniz da Maia**: — Sr.^a Presidente, desculpe, mas eu não estou a ouvir...

A Sr.^a **Presidente** (Isabel Oneto): — Com certeza, Dr. Moniz da Maia.

Digamos que termina esta audição, sendo que há bastantes falhas em termos de memória relativamente ao objeto das questões aqui colocadas, mas analisaremos essa situação.

Dou por terminada esta reunião, agradecendo o que foi possível fazer nesta Comissão. Muito obrigada a todos.

Eram 18 horas e 12 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.